MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto – PR, 22 de setembro de 2026.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

Secretaria/Setor: Secretaria Municipal da Cultura e Gabinete.

Responsável pela Solicitação: Dione Junior Helfer e Amauri Machado de Mello.

Email: cultura@planalto.pr.gov.br

☐ CONVITE ☐ PREGÃO ☐ TP
LICITAÇÃO N.º: ____ / ____
SOLICITAÇÃO: 97 / 2026
PROCESSO(S): 193 / 2026
194 / 2026

JUSTIFICATIVA DA DEMANDA:

A Secretaria Municipal da Cultura, por meio da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, vem, por meio deste, solicitar a adoção das providências administrativas necessárias para a contratação de empresa especializada para fornecimento de profissionais qualificados para a prestação de serviços especializados destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, destinados ao atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos culturais desenvolvidos pela referida Escola, conforme programação estabelecida pela Secretaria Municipal da Cultura.

A presente solicitação decorre da necessidade de garantir a continuidade e a adequada execução das atividades artístico-culturais desenvolvidas pela Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, proporcionando aos participantes acesso regular a ações de formação, expressão artística, desenvolvimento corporal, aperfeiçoamento técnico, convivência e integração social. As atividades desenvolvidas pela Escola constituem importante instrumento de promoção cultural e de participação da comunidade, sendo necessária a disponibilização de profissionais com formação e conhecimentos específicos para a condução das diferentes modalidades ofertadas.

Nesse sentido, faz-se necessária a contratação de profissionais devidamente qualificados para atuação nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística. Para as atividades circenses, pretende-se contar com profissional apto a ministrar aulas, oficinas e apresentações, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico, devendo possuir curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses.

Para as atividades de dança, faz-se necessária a contratação de profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações destinadas a crianças, jovens, adolescentes e

adultos, com formação compatível com a área de atuação, especialmente curso superior em Dança, Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança.

Para as atividades de ginástica rítmica e artística, será necessária a contratação de profissional qualificado para ministrar aulas e desenvolver atividades destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com graduação em Educação Física e cursos específicos ou formação compatível com as respectivas modalidades.

Os serviços deverão ser executados de acordo com a programação da Secretaria Municipal da Cultura, observando a carga horária estabelecida, o cronograma das atividades, a disponibilidade dos espaços destinados à realização das aulas e oficinas e as necessidades dos projetos culturais desenvolvidos pela Escola. A atuação dos profissionais poderá compreender, além das aulas regulares, a preparação e realização de ensaios, apresentações culturais, oficinas, atividades práticas e acompanhamento técnico dos participantes, sempre que previsto na programação.

A carga horária de cada modalidade foi estabelecida em 20 (vinte) horas semanais, correspondendo a 80 (oitenta) horas mensais, o que resulta em um total de 960 (novecentas e sessenta) horas ao longo dos 12 (doze) meses de execução do contrato. A esse quantitativo foram acrescidas 40 (quarenta) horas por modalidade, destinadas ao atendimento de eventos, apresentações e demais atividades que, eventualmente, demandem carga horária superior à jornada regular estabelecida, totalizando, assim, 1.000 (mil) horas por modalidade no período contratual, conforme a programação e a necessidade da Secretaria Municipal da Cultura.

Diante do exposto, solicita-se o prosseguimento das providências necessárias à instrução e formalização da contratação, incluindo a realização da pesquisa de preços, elaboração dos documentos preparatórios, definição do procedimento de contratação cabível, verificação da disponibilidade orçamentária e demais atos pertinentes, em conformidade com a legislação vigente e a regulamentação municipal aplicável.

A Secretaria Municipal da Cultura realizou um levantamento para estimar o valor a ser gasto na referida contratação, sendo este apresentado abaixo na tabela de valor.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, para atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, pelo período de 12 (doze) meses. Seguem as especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	UN	OBJETO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação Física, expedido por	1000	R$ 83,00	R$83.000,00

006002

		instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
02	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	1000	R$ 85,00	R$85.000,00
03	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas respectivas	1000	R$ 85,00	R$85.000,00

006003

		áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
				VALOR TOTAL:	**R$253.000,00**

Amauri Machado De Mello
Chefe de Gabinete

Dione Junior Helfer
Secretário Municipal da Cultura

Autorizo a abertura do processo:

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 085/2026

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme definido na Lei 14.133/2021, art. 6°, inciso XX.

1.2. Considera-se boa prática a utilização deste documento para garantir os princípios da contratação pública, em especial do planejamento, da eficiência, do interesse público, da eficácia, entre outros.

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, para atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, pelo período de 12 (doze) meses.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação tem por finalidade a contratação de empresa especializada para fornecimento de profissionais para o desenvolvimento de atividades artístico-culturais nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.2. O Município de Planalto-PR possui necessidade de profissionais com formação e conhecimentos específicos para ministrar aulas, oficinas, ensaios e apresentações, bem como realizar preparação artística e acompanhamento técnico nas modalidades ofertadas pela Escola, considerando as particularidades e os requisitos próprios de cada atividade.

3.3. A necessidade possui caráter contínuo, uma vez que as atividades integram a programação cultural do Município e são desenvolvidas de forma regular ao longo do período de execução dos projetos. A ausência dos profissionais poderá comprometer a realização das ações planejadas e o atendimento dos participantes.

3.4. A contratação permitirá à Administração organizar e executar de forma adequada a programação da Escola, proporcionando aos participantes acesso a atividades de formação

006005

e expressão artística, desenvolvimento corporal e aperfeiçoamento técnico, além de contribuir para a promoção e democratização do acesso à cultura no Município.

3.5. A solução pretendida consiste na contratação de profissionais devidamente qualificados para atuação nas respectivas modalidades, possibilitando o planejamento dos serviços, a definição de cronograma e horários, o acompanhamento da execução e a adequada utilização dos espaços destinados às atividades.

3.6. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada para atender à demanda da Secretaria Municipal da Cultura, assegurando a execução dos projetos desenvolvidos pela Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA e a oferta regular das atividades artístico-culturais à comunidade.

4. ÁREA REQUISITANTE:

4.1. Secretaria Municipal da Cultura.

5. ESTIMATIVA DE DEMANDA:

5.1. Conforme demonstrado anteriormente, a contratação é necessária para atender à programação da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, vinculada à Secretaria Municipal da Cultura, contemplando atividades nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística.

5.2. A estimativa da demanda foi estabelecida com base na programação prevista pela Secretaria Municipal da Cultura, considerando a necessidade de oferta regular das atividades, o público atendido, as modalidades disponibilizadas e o período de execução dos serviços.

5.3. Os serviços serão executados de acordo com o planejamento da Secretaria Municipal da Cultura, nos locais, dias e horários definidos pela Administração, observadas as necessidades das atividades e a programação da Escola.

5.4. Dessa forma, a demanda estimada contempla a contratação de profissionais qualificados para as modalidades previstas, conforme os requisitos de formação, especificações dos serviços e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

5.5. A carga horária de cada modalidade foi estabelecida em 20 (vinte) horas semanais, correspondendo a 80 (oitenta) horas mensais, o que resulta em um total de 960 (novecentas e sessenta) horas ao longo dos 12 (doze) meses de execução do contrato. A esse quantitativo foram acrescidas 40 (quarenta) horas por modalidade, destinadas ao atendimento de eventos, apresentações e demais atividades que, eventualmente, demandem carga horária superior à jornada regular estabelecida, totalizando, assim, 1.000 (mil) horas por modalidade no período contratual.

5.6. Assim, a demanda estimada para a contratação é a seguinte:

006096

ITEM	UN	OBJETO	QUANT
01	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	1000
02	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	1000
03	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	1000

6. MODALIDADE E JUSTIFICATIVA:

6.1. Conforme art. 28 da Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação:

006007

I-Pregão;
II-Concorrência;
III-Concurso;
IV-Leilão;
V - Diálogo competitivo.

6.2. Na mesma Lei, art. 6º, inciso XLI, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

6.3. A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar enquadra-se na categoria de serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Para esta contratação será utilizada a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM e modo de disputa ABERTO.

6.5. A adoção do critério de julgamento por item está em conformidade com a regra geral do parcelamento do objeto, prevista nos arts. 40, § 2º, inciso I, e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, segundo os quais a Administração deve, sempre que técnica e economicamente viável, dividir o objeto em parcelas menores, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação do maior número possível de licitantes.

6.6. Dessa forma, o julgamento por item permite que cada modalidade seja disputada de forma independente, possibilitando a apresentação de propostas por licitantes especializados em cada área, sem prejuízo da possibilidade de um mesmo licitante apresentar proposta para mais de um item, caso reúna as qualificações exigidas para tanto.

6.7. Assim, a adoção do MENOR PREÇO POR ITEM busca assegurar maior competitividade, economicidade e aderência às exigências técnicas específicas de cada modalidade, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

6.8. JUSTIFICATIVA DA APRESENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS:

6.8.1. Os serviços objeto da contratação compreendem a realização de oficinas e atividades de formação artística e cultural na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, cujo atendimento é direcionado prioritariamente a crianças e adolescentes com idade entre 4 (quatro) e 16 (dezesseis) anos. Em razão das características das atividades, os profissionais responsáveis permanecerão junto aos participantes durante as aulas, orientando, acompanhando e supervisionando o desenvolvimento das práticas propostas.

6.8.2. Nesse contexto, a apresentação das certidões de antecedentes criminais dos profissionais indicados para a execução de todos os itens constitui medida preventiva destinada a fortalecer a segurança do público infantojuvenil atendido e a concretizar os deveres de proteção integral e prioridade absoluta assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

006008

6.8.3. A exigência encontra fundamento específico no artigo 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, incluído pela Lei nº 14.811/2024, que determina às instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e recebam recursos públicos a exigência e a manutenção das certidões de antecedentes criminais de seus colaboradores, com atualização a cada 6 (seis) meses. Encontra respaldo, ainda, no artigo 67, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que admite, para fins de qualificação técnica, a comprovação do atendimento a requisitos previstos em legislação especial.

6.8.4. As certidões deverão ser apresentadas individualmente para cada profissional indicado pela licitante. Caso o mesmo profissional seja responsável pela execução de mais de um item, poderão ser utilizadas as mesmas certidões, desde que estejam atualizadas e acompanhadas de documento que identifique expressamente todos os itens nos quais ocorrerá sua atuação.

6.8.5. A existência de registro, anotação ou apontamento nas certidões não ocasionará, por si só, a recusa do profissional ou a inabilitação da licitante. Quando necessário, a Administração poderá promover diligência para esclarecer o conteúdo da informação e deverá realizar avaliação individualizada, fundamentada e proporcional, considerando a natureza e a gravidade da ocorrência, sua situação jurídica, a relação com as atribuições a serem desempenhadas e os riscos associados à atuação junto ao público infantojuvenil, preservando-se a presunção de inocência e o caráter não discriminatório da análise.

6.8.6. Antes da adoção de decisão desfavorável, deverá ser assegurada à licitante a oportunidade de apresentar esclarecimentos e documentos complementares relacionados ao apontamento identificado. Somente será recusado o profissional quando ficar demonstrada, por decisão administrativa devidamente motivada, a existência de condenação criminal transitada em julgado ou de restrição judicial vigente efetivamente incompatível com o acompanhamento e a supervisão de crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pela Escola DUDA.

6.8.7. Caso a incompatibilidade seja constatada durante a fase de habilitação, a licitante será inabilitada exclusivamente no item correspondente, salvo se houver apresentado, dentro do prazo originalmente estabelecido para a entrega da documentação, outro profissional que cumpra integralmente os requisitos de formação, experiência, vínculo jurídico e antecedentes criminais previstos no Termo de Referência.

6.8.8. Durante a execução contratual, a empresa contratada deverá manter atualizadas as certidões de todos os profissionais responsáveis pelas oficinas, providenciando sua renovação, no mínimo, a cada 6 (seis) meses. Novas certidões também deverão ser apresentadas previamente sempre que houver inclusão ou substituição de integrante da equipe, sendo vedado o início de suas atividades antes da conferência da documentação pela Administração.

6.8.9. As certidões e os eventuais documentos complementares serão utilizados exclusivamente para a proteção das crianças e dos adolescentes atendidos e para a verificação da compatibilidade dos profissionais com as atribuições contratadas. A Administração e a empresa contratada deverão assegurar tratamento restrito e seguro

006009

dessas informações, observando os princípios da finalidade, necessidade, segurança e prevenção estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

6.8.10. A exigência mostra-se pertinente e proporcional às particularidades da contratação, pois não estabelece impedimento genérico nem produz exclusão automática em razão da simples existência de apontamentos. Sua finalidade é permitir uma avaliação responsável dos profissionais que atuarão nas oficinas da Escola DUDA, conciliando a proteção prioritária do público infantojuvenil com a preservação da competitividade, da razoabilidade e dos direitos individuais dos profissionais avaliados.

7. CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pela Secretaria Municipal da Cultura.

7.2. A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação da Secretaria Municipal da Cultura;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

7.3. Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

7.4. Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações da Secretaria Municipal da Cultura, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

7.5. A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme programação da Escola.

7.6. As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e horários definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.

7.7. A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.

7.8. O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.

7.9. Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

006010

7.10. Os profissionais deveram manter comunicação com o responsável indicado pela Secretaria Municipal da Cultura para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.
7.11. A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.
7.12. Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.
7.13. Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.
7.14. A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola e da Secretaria Municipal da Cultura, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.
7.15. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.
7.16. A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação, conforme a programação da Secretaria Municipal da Cultura e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
7.17. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.
7.18. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Além dos documentos exigidos para habilitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a empresa deverá apresentar:
8.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.
8.2. Para o item 1 – Oficina de dança:
a) Diploma de curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

000011

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como ballet, dança contemporânea, dança popular, danças urbanas, jazz, tango, dança circular, dança folclórica ou outras modalidades compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificada;
c) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades de dança previstas no respectivo item;
d) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);
e) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade;
f) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração;
g) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.
h) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

8.3. Para o item 2 – Oficina de arte circense:

a) Diploma de curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses a serem ministradas;

006012

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, palhaçaria, práticas aéreas ou outras modalidades circenses compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificadas.

c) Curso de NR35, especialmente porque a oficina compreenderá atividades em tecido acrobático, o profissional responsável deverá comprovar experiência ou formação compatível com acrobacias aéreas e segurança na utilização de aparelhos circenses.

d) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades circenses previstas no respectivo item.

e) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

f) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

g) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

h) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

i) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

8.4. Para o item 3 – Oficina de Ginástica Rítmica:

a) Diploma de curso superior em Educação Física, ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a atividade com no mínimo 120 horas.

c) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

d) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

e) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

f) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

g) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

9.1. A estimativa preliminar apresentada pela Secretaria Municipal da Cultura corresponde ao valor total de R$ 253.000,00 (Duzentos e cinquenta e três mil reais), para o período estimado da contratação.

9.2. O referido valor possui caráter preliminar, destinando-se ao planejamento inicial da contratação, à avaliação da compatibilidade da demanda com os recursos disponíveis e à definição dos parâmetros necessários à instrução do processo.

006014

9.3. O valor estimado definitivo da contratação deverá ser obtido mediante pesquisa de preços realizada na fase própria da instrução processual, considerando as características específicas do objeto, os quantitativos previstos, a natureza dos serviços, os requisitos de qualificação dos profissionais e os demais custos necessários à adequada execução das atividades.

9.4. A estimativa contempla os serviços a serem prestados nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme a programação da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

10.1. A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de profissionais qualificados para a prestação de serviços especializados nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, destinados ao desenvolvimento das atividades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.

10.2. A escolha justifica-se pela necessidade de contar com profissionais que possuam formação e conhecimentos específicos compatíveis com cada modalidade, considerando a natureza técnica das atividades, a necessidade de planejamento das aulas, oficinas, ensaios e apresentações e as características do público atendido.

10.3. A contratação possibilitará à Secretaria Municipal da Cultura organizar a programação da Escola de forma adequada, estabelecendo os períodos, locais e horários das atividades, bem como acompanhar a execução dos serviços e o cumprimento das condições estabelecidas na contratação.

10.4. A solução também permite adequar a atuação dos profissionais às necessidades dos projetos culturais desenvolvidos pelo Município, assegurando a continuidade das atividades e a disponibilidade de profissionais habilitados para as modalidades previstas durante o período de contratação.

10.5. Dessa forma, considera-se tecnicamente adequada a contratação de profissionais qualificados para execução dos serviços previstos, observados os requisitos de formação, experiência ou qualificação específica, quantitativos, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

11.1. A presente aquisição será dividida em itens, não havendo necessidade de agrupamento em lote único. Justifica-se o PARCELAMENTO, tendo em vista que o objeto é divisível, compreendendo as modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, cada qual exigindo formação profissional distinta, não havendo prejuízo para o conjunto a ser licitado, uma vez que a execução permanecerá sob gerenciamento centralizado da Secretaria Municipal da Cultura. O parcelamento mostra-se, ainda, técnica e economicamente viável, favorecendo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis

no mercado e a ampliação da competitividade, sem perda de economia de escala, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

12.1. Com a contratação, pretende-se assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pela Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, buscando proporcionar aos participantes acesso a atividades de formação e expressão artística, desenvolvimento corporal e aperfeiçoamento técnico, mediante a atuação de profissionais com qualificação compatível com as respectivas modalidades.

12.2. Dessa forma, espera-se garantir a adequada execução dos serviços, a continuidade das ações artístico-culturais e o atendimento da demanda da comunidade, em conformidade com o planejamento da Secretaria Municipal da Cultura.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

13.1. Diante da própria natureza da contratação, é de se registrar que não existem contratações correlatas que possam interferir na execução deste objeto.

14. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

14.1. Previamente à formalização da contratação, a Administração deverá adotar as providências necessárias à organização da execução dos serviços, especialmente quanto à definição da programação, dos locais, dias e horários das atividades e à disponibilização dos espaços adequados para sua realização.

14.2. Não se identificam outras providências prévias de natureza excepcional necessárias à execução do objeto, uma vez que as atividades serão realizadas nos espaços disponibilizados pela Administração, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.

15. CONCLUSÕES:

15.1. Diante dos elementos levantados, conclui-se pela viabilidade da contratação de profissionais nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.

15.2. A necessidade da contratação decorre da programação regular da Secretaria Municipal da Cultura e da necessidade de assegurar a continuidade das atividades artístico-culturais oferecidas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, considerando a especificidade das modalidades e a necessidade de profissionais com formação compatível.

15.3. A solução proposta permitirá à Administração organizar e executar de forma planejada as atividades da Escola, contemplando aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística e acompanhamento técnico, conforme a programação estabelecida e as necessidades verificadas durante o período de contratação.

15.4. Considerando a necessidade apresentada, o dimensionamento dos serviços, os requisitos de qualificação dos profissionais e as condições previstas para a execução, considera-se tecnicamente adequada e viável a solução proposta, condicionada à conclusão da pesquisa de preços, confirmação dos quantitativos, disponibilidade orçamentária e demais providências necessárias à formalização da contratação.

15.5. Por todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a demanda foi considerada viável, mostrando-se adequada a contratação de profissionais qualificados para execução das atividades previstas, observadas as condições, quantitativos, requisitos de qualificação e demais especificações estabelecidas neste documento.

Planalto – PR, 22 de setembro de 2026.

Amauri Machado De Mello
Chefe de Gabinete

Dione Junior Helfer
Secretário Municipal da Cultura

006017

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal da Cultura.

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, para atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.

3. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Dione Junior Helfer.

4. JUSTIFICATIVA:

4.1. A Secretaria Municipal da Cultura mantém a Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, com a possibilidade de atividades em diversas áreas culturais. Durante todo o histórico de existência, até o momento, a Secretaria tem mantido aulas, oficinas, ensaios e apresentações artístico-culturais em diferentes modalidades, priorizando o atendimento a crianças, adolescentes e jovens, o que mobiliza muitos alunos a buscarem desenvolver suas habilidades em atividades de contraturno escolar.

4.2. O município de Planalto, por meio da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, atende crianças, jovens, adolescentes e adultos, o que justifica o público-alvo interessado nas atividades, bem como o atendimento à demanda que surge do interesse popular e comum, oportunizando a todos os interessados a realização de atividades de contraturno, entretenimento e socialização.

4.3. A contratação das aulas de ATIVIDADES CIRCENSES, DANÇA e GINÁSTICA RÍTMICA E ARTÍSTICA tem como objetivo mobilizar e integrar crianças, adolescentes, jovens e adultos em atividades artísticas, auxiliar no desenvolvimento físico e mental, despertar o gosto e o interesse pelas artes em geral e a formação de público.

4.4. Conforme necessidade apontada pela Secretaria Municipal da Cultura e pela direção da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, há a presente necessidade de contratação dos profissionais especializados apresentados no item 4.1 deste documento, para que as práticas artístico-culturais possam ser desenvolvidas atendendo à programação com que se espera que as atividades aconteçam.

Boni

006018

4.5. A carga horária de cada modalidade foi estabelecida em 20 (vinte) horas semanais, correspondendo a 80 (oitenta) horas mensais, o que resulta em um total de 960 (novecentas e sessenta) horas ao longo dos 12 (doze) meses de execução do contrato. A esse quantitativo foram acrescidas 40 (quarenta) horas por modalidade, destinadas ao atendimento de eventos, apresentações e demais atividades que, eventualmente, demandem carga horária superior à jornada regular estabelecida, totalizando, assim, 1.000 (mil) horas por modalidade no período contratual.

5. VALOR:

5.1. O valor total estimado é de **R$ 253.000,00 (Duzentos e cinquenta e três mil reais);**

5.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e licitações similares de outros órgãos;

5.3. Responsável pela cotação: Luiz Eduardo Libardi.

6. OBJETOS:

ITEM	CATSER	UN	OBJETO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a	1000	R$ 83,00	R$83.000,00

Boni

			crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
02	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	1000	R$ 85,00	R$85.000,00
03	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas	1000	R$ 85,00	R$85.000,00

000020

			respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
VALOR TOTAL:						**R$253.000,00**

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

7. CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pela Secretaria Municipal da Cultura.

7.2. A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação da Secretaria Municipal da Cultura;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

7.3. Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

7.4. Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações da Secretaria Municipal da Cultura, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

7.5. A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme programação da Escola.

BONI

006021

7.6. As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e horários definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.

7.7. A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.

7.8. O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.

7.9. Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

7.10. Os profissionais deveram manter comunicação com o responsável indicado pela Secretaria Municipal da Cultura para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.

7.11. A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.

7.12. Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.

7.13. Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.

7.14. A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola e da Secretaria Municipal da Cultura, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.

7.15. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.

7.16. A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação, conforme a programação da Secretaria Municipal da Cultura e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

Boni

7.17. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.
7.18. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos;
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
8.3. Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
8.4. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9. OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(O):

9.1. O(A) Contratado(a) deve cumprir, todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos, em sua proposta e nas cláusulas contratuais, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços;
9.2. Prestar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na solicitação emitida pela Secretaria solicitante, acompanhado da respectiva nota fiscal;
9.3. Responsabilizar-se pelo próprio deslocamento, alimentação e hospedagem, quando aplicável, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas e demais tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito(a);
9.7. Apresentar documentos referentes à prestação dos serviços, sempre que solicitado.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

10.1. A presente aquisição será dividida em itens, não havendo a necessidade de agrupamento. Justifica-se o PARCELAMENTO, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, além de ser técnica e economicamente viável, favorecendo assim o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

11. MODALIDADE E JUSTIFICATIVA:

11.1. Conforme art. 28 da Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação:
I-Pregão;
II-Concorrência;
III-Concurso;
IV-Leilão;
V - Diálogo competitivo.

11.2. Na mesma Lei, art. 6º, inciso XLI, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

11.3. A contratação objeto deste Termo de Referência enquadra-se na categoria de serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Para esta contratação será utilizada a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM e modo de disputa ABERTO.

11.5. A adoção do critério de julgamento por item está em conformidade com a regra geral do parcelamento do objeto, prevista nos arts. 40, § 2º, inciso I, e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, segundo os quais a Administração deve, sempre que técnica e economicamente viável, dividir o objeto em parcelas menores, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação do maior número possível de licitantes.

11.6. Dessa forma, o julgamento por item permite que cada modalidade seja disputada de forma independente, possibilitando a apresentação de propostas por licitantes especializados em cada área, sem prejuízo da possibilidade de um mesmo licitante apresentar proposta para mais de um item, caso reúna as qualificações exigidas para tanto.

11.7. Assim, a adoção do MENOR PREÇO POR ITEM busca assegurar maior competitividade, economicidade e aderência às exigências técnicas específicas de cada modalidade, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

11.8. JUSTIFICATIVA DA APRESENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS

Boni

006024

CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS:

11.8.1. Os serviços objeto da contratação compreendem a realização de oficinas e atividades de formação artística e cultural na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, cujo atendimento é direcionado prioritariamente a crianças e adolescentes com idade entre 4 (quatro) e 16 (dezesseis) anos. Em razão das características das atividades, os profissionais responsáveis permanecerão junto aos participantes durante as aulas, orientando, acompanhando e supervisionando o desenvolvimento das práticas propostas.

11.8.2. Nesse contexto, a apresentação das certidões de antecedentes criminais dos profissionais indicados para a execução de todos os itens constitui medida preventiva destinada a fortalecer a segurança do público infantojuvenil atendido e a concretizar os deveres de proteção integral e prioridade absoluta assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

11.8.3. A exigência encontra fundamento específico no artigo 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, incluído pela Lei nº 14.811/2024, que determina às instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e recebam recursos públicos a exigência e a manutenção das certidões de antecedentes criminais de seus colaboradores, com atualização a cada 6 (seis) meses. Encontra respaldo, ainda, no artigo 67, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que admite, para fins de qualificação técnica, a comprovação do atendimento a requisitos previstos em legislação especial.

11.8.4. As certidões deverão ser apresentadas individualmente para cada profissional indicado pela licitante. Caso o mesmo profissional seja responsável pela execução de mais de um item, poderão ser utilizadas as mesmas certidões, desde que estejam atualizadas e acompanhadas de documento que identifique expressamente todos os itens nos quais ocorrerá sua atuação.

11.8.5. A existência de registro, anotação ou apontamento nas certidões não ocasionará, por si só, a recusa do profissional ou a inabilitação da licitante. Quando necessário, a Administração poderá promover diligência para esclarecer o conteúdo da informação e deverá realizar avaliação individualizada, fundamentada e proporcional, considerando a natureza e a gravidade da ocorrência, sua situação jurídica, a relação com as atribuições a serem desempenhadas e os riscos associados à atuação junto ao público infantojuvenil, preservando-se a presunção de inocência e o caráter não discriminatório da análise.

11.8.6. Antes da adoção de decisão desfavorável, deverá ser assegurada à licitante a oportunidade de apresentar esclarecimentos e documentos complementares relacionados ao apontamento identificado. Somente será recusado o profissional quando ficar demonstrada, por decisão administrativa devidamente motivada, a existência de condenação criminal transitada em julgado ou de restrição judicial vigente efetivamente incompatível com o

acompanhamento e a supervisão de crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pela Escola DUDA.

11.8.7. Caso a incompatibilidade seja constatada durante a fase de habilitação, a licitante será inabilitada exclusivamente no item correspondente, salvo se houver apresentado, dentro do prazo originalmente estabelecido para a entrega da documentação, outro profissional que cumpra integralmente os requisitos de formação, experiência, vínculo jurídico e antecedentes criminais previstos no Termo de Referência.

11.8.8. Durante a execução contratual, a empresa contratada deverá manter atualizadas as certidões de todos os profissionais responsáveis pelas oficinas, providenciando sua renovação, no mínimo, a cada 6 (seis) meses. Novas certidões também deverão ser apresentadas previamente sempre que houver inclusão ou substituição de integrante da equipe, sendo vedado o início de suas atividades antes da conferência da documentação pela Administração.

11.8.9. As certidões e os eventuais documentos complementares serão utilizados exclusivamente para a proteção das crianças e dos adolescentes atendidos e para a verificação da compatibilidade dos profissionais com as atribuições contratadas. A Administração e a empresa contratada deverão assegurar tratamento restrito e seguro dessas informações, observando os princípios da finalidade, necessidade, segurança e prevenção estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.8.10. A exigência mostra-se pertinente e proporcional às particularidades da contratação, pois não estabelece impedimento genérico nem produz exclusão automática em razão da simples existência de apontamentos. Sua finalidade é permitir uma avaliação responsável dos profissionais que atuarão nas oficinas da Escola DUDA, conciliando a proteção prioritária do público infantojuvenil com a preservação da competitividade, da razoabilidade e dos direitos individuais dos profissionais avaliados.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

12.1. A empresa deverá fornecer além dos documentos exigidos para a habilitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes documentos:

12.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

12.2. Para o item 1 – Oficina de dança:

a) Diploma de curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

Boni

006026

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como ballet, dança contemporânea, dança popular, danças urbanas, jazz, tango, dança circular, dança folclórica ou outras modalidades compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificada;
c) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades de dança previstas no respectivo item;
d) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);
e) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade;
f) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração;
g) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.
h) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

12.3. Para o item 2 – Oficina de arte circense:

a) Diploma de curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses a serem ministradas;

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, palhaçaria, práticas aéreas ou outras modalidades circenses compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificadas.

c) Curso de NR35, especialmente porque a oficina compreenderá atividades em tecido acrobático, o profissional responsável deverá comprovar experiência ou formação compatível com acrobacias aéreas e segurança na utilização de aparelhos circenses.

d) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades circenses previstas no respectivo item.

e) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

f) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

g) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

h) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

Boni

i) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

12.4. Para o item 3 – Oficina de Ginástica Rítmica:

a) Diploma de curso superior em Educação Física, ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a atividade com no mínimo 120 horas.

c) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

d) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

e) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

f) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

g) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração,

006029

devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

13. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal;

13.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

13.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.0000

14. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. Os contratos referentes aos objetos destinados a Secretaria Municipal da Cultura, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelo servidor Dione Junior Helfer, que assumirá a função de fiscal dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

14.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto PR, 23 de setembro de 2026.

Dione Junior Helfer
Secretária Municipal da Cultura

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto

006030

TABELA COMPARATIVA DE VALOR										
ITEM	OMEGA LTDA	Runa	VIGORE	MARIPÁ	JOAQUIM TAVORA	GARIBALDI	BANCO DE PREÇOS	QTD	MENOR VALOR	VALOR TOTAL
1	R$85,00	R$83,00	R$87,00	R$107,62	R$85,00	R$80,00	R$85,00	1.000	R$83,00	R$83.000,00
2	R$85,00	R$85,00	R$88,00	R$78,90	R$85,00	R$50,00	R$84,55	1.000	R$85,00	R$85.000,00
3	R$85,00	R$88,00	R$86,00	R$79,00	R$85,00	R$90,00	R$91,75	1.000	R$85,00	R$85.000,00
									VALOR TOTAL:	**R$253.000,00**

EMPRESAS
Empresa 01: Cursos profissionalizantes Omega LTDA - ME - CNPJ 04.632.453/0001-91
Empresa 02: Runa assessoria e consultoria LTDA - CNPJ 52.967.169/0001-19
Empresa 03: Vigore soluções integradas LTDA - CNPJ 19.224.408/0001-75

OUTRAS PESQUISAS
Pesquisa no PCNP - Pregão Eletronico - Município de Joaquim Tavora-PR;
Ata de Registro de Preços 161,178 e 180/2026 - Pregão Eletrônico 028/2026 - Município de Maripá-PR;
Pesquisa no PCNP - Pregão Eletronico - Município de Garibaldi-RS;
Banco de Preços.

VALOR TOTAL: R$ 253.000,00 (Duzentos e cinquenta e três mil reais)

RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO: Vanessa E. Lisboa

000031

CURSOS PROFISSIONALIZANTES OMEGA LTDA-ME
CNPJ/MF: 04.632.453/0001-91
Rua Ponta Grossa, n.º 1720 - Bairro: Centro
Francisco Beltrão / PR - Cep: 85.601-600
Fone: (46) 99115-3479 – E-mail: valdelirionoronha@hotmail.com

PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO-PR

A empresa **CURSOS PROFISSIONALIZANTES OMEGA LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.632.453/0001-91, com endereço na Rua Ponta Grossa, nº 1720, Sala 13, CEP: 85.601-600 na cidade de Francisco Beltrão, Estado do PR, telefone (46) 3055-5060; e-mail valdelirionoronha@hotmail.com, neste ato representada por, o (a) Sr (a) Alessandra Bertol Noronha, Sócia – Administrativa, portador (a) da Carteira de Identidade nº 10.670.880-0 e do CPF nº 077.251.639-13, com endereço na Rua: Alagoas, 1139, Edifício Castro, APº 202, Alvorada, Francisco Beltrão – PR, vem por meio desta apresentar proposta comercial conforme solicitação:

ITEM	UN	PRODUTO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	960	R$: 85,00	R$: 81.600,00
02	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de **dança**, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	960	R$: 85,00	R$: 81.600,00
03	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	960	R$: 85,00	R$: 81.600,00
TOTAL					**R$: 244.800,00**

Valor Total da Proposta: **R$ 244.800,00**

Valor Total da Proposta por Extenso: duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais.

Condições de Pagamento: Conforme edital.

CURSOS PROFISSIONALIZANTES OMEGA LTDA-ME
CNPJ/MF: 04.632.453/0001-91
Rua Ponta Grossa, n.º 1720 - Bairro: Centro
Francisco Beltrão / PR - Cep: 85.601-600
Fone: (46) 99115-3479 – E-mail: valdelirionoronha@hotmail.com

Validade da Proposta: 90 dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da solicitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta e em consonância aos referidos documentos, declaramos:

Que estamos cientes e concordamos com os termos da concotratação e das cláusulas do contrato;

Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e/ou descontos ou vantagens e despesas para a execução dos objetos.

Informações da empresa para cadastro:

Fone(s): (46) 3055-5060 e (45) 99826-4000

E-mail(s): valdelirionoronha15@gmail.com

Informações bancárias

Banco: 104

Agência: 0601

Conta: 2502-1

PIX: 4699813334

Caixa Econômica Federal

Francisco Beltrão, 9 de julho de 2026

04.632.453/0001-91
CURSOS PROFISSIONALIZANTES
OMEGA LTDA - ME
Rua Ponta Grossa, 1720, sala 13 - Centro
CEP 85.601-600 Fco. Beltrão - PR

ALESSANDRA BERTOL NORONHA
RG nº 10.670.880-0 SESP/PR
CPF nº 077.251.639-13
Sócia-Administradora.

Licitação Planalto - Carla

De: Runa Assessoria e Consultoria Ltda <assessoriaruna@gmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 14 de setembro de 2026 14:21
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: ORÇAMENTO OFICINAS ECOLA DUDA
Anexos: 13 - ORÇAMENTO PLANALTO - OFICINAS DUDA.pdf

Boa tarde,
segue em anexo orçamento solicitado, para as oficinas da escola Duda.
Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento!

RUNA
ESTRATEGIA · CONEXÕES
RESULTADOS

Thais Favero
SÓCIA ADMINISTRATIVA

RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA
- Tel: (46) 99903-2504
- Rua Pernambuco, 1885 – Centro, Capanema-PR

006033

RUNA

PROPOSTA DE PREÇO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

A empresa **RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **52.967.169/0001-19**, sediada à Rua Pernambuco, nº 1885, Bairro Centro, no Município de Capanema, Estado do Paraná, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Thais Carolina Favero, portadora do RG nº 10.846.204-3 SESP/PR e inscrita no CPF sob nº 098.030.409-10, apresenta a presente proposta de preço para prestação de serviços de profissionais qualificados para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, em atendimento à solicitação, conforme a demanda apresentada pelo Município, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.

A atuação da empresa nesta proposta abrange o agenciamento e a disponibilização dos profissionais qualificados para ministrar as aulas e oficinas, contemplando planejamento pedagógico, preparação e execução das atividades, materiais necessários ao desenvolvimento das aulas e acompanhamento técnico junto à Secretaria Municipal da Cultura.

1. QUADRO GERAL DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE DE HORAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos	960	R$ 83,00	R$ 79.680,00

RUA PERNAMBUCO, 1885
CENTRO, CAPANEMA-PR
46 99903-2504
assessoriaruna@gmail.com

	projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
2	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	960	R$ 85,00	R$ 81.600,00
3	Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	960	R$ 88,00	R$ 84.480,00
TOTAL				**R$ 245.760,00**

2. VALOR OFERTADO E PRAZO DE VALIDADE

A proposta técnico-comercial ofertada considera o valor de **R$ 245.760,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais)**, caso haja a utilização integral da carga horária prevista.

Esta proposta é válida por **60 (Sessenta) dias**, a contar da data estabelecida para a sua apresentação.

3. COMPOSIÇÃO DO VALOR

A empresa declara, para os devidos fins, que os preços constantes da presente proposta contemplam a integralidade dos custos necessários à plena execução dos serviços, incluindo custos diretos e indiretos,

RUA PERNAMBUCO, 1885
CENTRO, CAPANEMA-PR
46 99903-2504
assessoriaruna@gmail.com

encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e sociais, tributos incidentes, lucro empresarial, despesas operacionais e demais obrigações necessárias ao cumprimento integral do objeto proposto e de seus anexos, observando-se, ainda, o atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

As despesas relacionadas à estrutura física necessária à realização das aulas e oficinas, tais como espaço adequado, materiais didáticos específicos e demais estruturas locais, quando necessárias, ficarão sob responsabilidade do Município, salvo disposição expressa em contrário.

A empresa declara que o valor apresentado contempla os custos necessários à execução regular dos serviços, não cabendo cobrança adicional sem prévia pactuação formal com a Administração Municipal.

4. FORMA DE EXECUÇÃO

A execução das aulas e oficinas será organizada conforme a necessidade da Administração Municipal, mediante definição prévia de cronograma, horários, local de realização e demais condições operacionais.

A atuação da RUNA será conduzida de forma planejada e ajustada à realidade do Município, buscando garantir objetividade, aplicabilidade prática e coerência com os objetivos dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.

5. DADOS PARA PAGAMENTO

Banco: 748 – Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Agência: 0738

Conta Corrente: 41686-7

Titular: RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 52.967.169/0001-19

6. REPRESENTANTE LEGAL E CONTATO

A representante legal da empresa para assinatura da proposta, contrato/ata de registro de preços ou instrumento equivalente será a **Sra. Thais Carolina Favero**, portadora do RG nº 10.846.204-3 SESP/PR e inscrita no CPF sob nº 098.030.409-10.

Responsável/Representante Legal: Thais Carolina Favero

Cargo: Sócio administrador

Telefone celular: (46) 99903-2504

E-mail: assessoriaruna@gmail.com

7. DECLARAÇÃO FINAL

A **RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA** declara que as informações constantes deste orçamento foram elaboradas de forma independente e refletem as condições técnicas, operacionais e econômicas necessárias à execução dos serviços.

RUNA

Declara, ainda, que eventual contratação será executada com responsabilidade, organização, zelo técnico e observância às condições pactuadas com a Administração Municipal e à legislação aplicável.

Capanema/PR, 14 de setembro de 2026

RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA: 52967169000119

Assinado digitalmente por RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA:52967169000119
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Videoconferencia, OU=32143163000110, OU=AC SyngularID Multipla, CN=RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA: 52967169000119
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026-09-14 14:17:44
Foxit PhantomPDF Versão: 10.0.0

RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA
CNPJ: 52.967.169/0001-19

Licitação Pianalto - Carla

De: VIGORE SOLUÇÕES <vigoresolucoes@gmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 14 de setembro de 2026 14:25
Para: licitacao@planalto.pr.gov.br
Assunto: ORÇAMENTO - PLANALTO - SEC. CULTURA
Anexos: ORÇAMENTO 0185 - PLANALTO - CULTURA.pdf

Olá

Segue orçamento das oficinas da Escola DUDA.

Ficamos à disposição.

--



000039

VIGORE
SOLUÇÕES INTEGRADAS

ORÇAMENTO 0185/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO-PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
A/C: AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

Objeto: *"Contratação de Instrutores de Oficinas para a Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA"*

A **VIGORE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **19.224.408/0001-75**, sediada à Rua Jacinto Roveda, n° 1098, Bairro Santa Barbara, na cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.761-316, através do seu representante legal Sr. Júlio Antônio Fulman Sanches, RG 9.972.089-1 SESP/PR, e do CPF 073.039.839-02, após análise e em atendimento a solicitação, e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer os serviços/produtos, objeto desta proposta comercial, sob sua inteira responsabilidade, nas condições e preços a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR HORA	VALOR TOTAL
1	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	960	HORA	R$ 87,00	R$ 83.520,00
2	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	960	HORA	R$ 88,00	R$ 84.480,00

3	Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	960	HORA	R$ 86,00	R$ 82.560,00
	TOTAL				**R$ 250.560,00**

VALOR DA PROPOSTA

O valor total da proposta: **R$ 250.560,00** (duzentos e cinquenta mil e quinhentos e sessenta reais).

VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta possui validade de ***60 (sessenta)*** dias e destina-se à composição da pesquisa de preços do ***MUNICÍPIO PLANALTO-PR***. Eventual contratação dependerá de alinhamento das condições de execução e formalização do respectivo instrumento administrativo.

DECLARAÇÕES

Declaramos, para os devidos fins, que estamos plenamente de acordo com os termos estabelecidos no processo de contratação, comprometendo-nos a acatar integralmente suas determinações. Informamos, ainda, que nossa proposta econômica contempla todos os custos necessários para a execução dos serviços, incluindo encargos fiscais e trabalhistas, tributos, alimentação, transporte, mão de obra e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas relacionadas ao objeto desta licitação.

Declaramos que nossa **proposta foi elaborada de maneira independente** e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que a empresa se enquadra na situação de **Empresa de Pequeno Porte - EPP,** nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei (art. 3º, II, LC nº 123, de 2006), bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

VIGORE
SOLUÇÕES INTEGRADAS

Declaramos, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pelo(a) ***MUNICÍPIO DE PLANALTO-PR***, seja qual for o motivo.

Os pagamentos deverão ser creditados à conta corrente n.º 89239-4, agência 1047, Banco 133 – Banco Cooperativa de Crédito CRESOL.

O procurador da empresa, cujo CNPJ é 19.224.408/0001-75, que assinará o Contrato, é o Sr. Júlio Antônio Fulman Sanches, RG 9.972.089-1 SESP/PR, e do CPF 073.039.839-02.

Para contato informamos:
Responsável/Representante Legal: Júlio Antônio Fulman Sanches
Telefone Celular nº: (44)99707-5846
E-mail: vigoresolucoes@gmail.com

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

De acordo com a legislação em vigor, DECLARA estar ciente da responsabilidade que assume pelas informações constantes dessa proposta.

Capanema/PR, 14 de setembro de 2026

_____
VIGORE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.
CNPJ: 19.224.408/0001-75

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2026

O **MUNICÍPIO DE MARIPÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Luiz de Camões, 437, inscrita no CNPJ/MF nº 95.583.571/0001-02, devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr.º **Rodrigo André Schanoski**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade/RG. Nº 7.966.693-9, e inscrito no CPF/MF nº 036.429.759-09, abrangendo todas as unidades da administração pública municipal direta do Poder Executivo, considerando o julgamento da licitação, **Processo Licitatório nº 044/2026, na modalidade de Pregão nº 028/2026**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços da **empresa 37.180.261 WELLINTON DA SILVA MEDEIROS, CNPJ: 37.180.261/0001-40,** atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 005, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual **prestação de serviços futuros e eventuais tendo por objeto ministrar oficinas culturais, artísticas e esportivas no município de Maripá/PR,** especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Qtde	U.M.	Serviço - Descrição Mínima	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
2	290	Hora/aula	**Aulas de Ritmos/Zumba** no município de Maripá.	78,90	22.881,00
12	200	Hora/aula	**Aulas e Regência de Fanfarra** no Município de Maripá	78,77	15.754,00
Valor Total (R$)					**38.635,00**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Maripá - PR.
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme Art. 27-C do Decreto Municipal n° 005 de 05 de janeiro de 2024.

Vedação a acréscimo de quantitativos

000043

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços. (Art 20 Decreto Municipal 005/2024).

5. VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, inclusive com renovação de quantitativo, observados os requisitos do Art 19. do Decreto Municipal nº. 005, de 5 de janeiro de 2024 e suas alterações.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I - Termo de Referência, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. A habilitação dos licitantes do cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS (Art. 22 do Decreto 005/2024 de 05 de janeiro de 2024.)

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

000044

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS (Art. 23 e 24 do Decreto 005/2024)

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

006045

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Art. 27 do Decreto 005/2024.

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser utilizadas por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo do Município de Maripá, independentemente de solicitação inicial de demanda para registro de preços.
8.1.1. O órgão ou entidade que não formulou solicitação inicial de demanda para registro de preços, deverá requerer ao órgão gerenciador a sua inclusão no processo, o qual solicitará, existindo saldo, manifestação dos demais órgãos para promover o remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS Art. 25 e 26 do Decreto 005/2024.

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto Municipal nº 005, de 2024; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24 ambos do Decreto Municipal nº 005, de 2024.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As infrações e sanções administrativas são as constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, inc. X, do Decreto Municipal nº 005, de 2024).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909
Assinado digitalmente por RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909
ND: C=BR, O=ICP Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=22067251000198, OU=AC Singular ID Multipla, CN=RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.04 08:36:41-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Rodrigo André Schanoski
MUNICÍPIO DE MARIPÁ
CONTRATANTE

gov.br
Documento assinado digitalmente
WELLINTON DA SILVA MEDEIROS
Data: 04/09/2026 18:41:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Wellinton da Silva Medeiros
37.180.261 WELLINTON DA SILVA MEDEIROS
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2026

O **MUNICÍPIO DE MARIPÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Luiz de Camões, 437, inscrita no CNPJ/MF nº 95.583.571/0001-02, devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr.º **Rodrigo André Schanoski**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade/RG. Nº 7.966.693-9, e inscrito no CPF/MF nº 036.429.759-09, abrangendo todas as unidades da administração pública municipal direta do Poder Executivo, considerando o julgamento da licitação, **Processo Licitatório nº 044/2026, na modalidade de Pregão nº 028/2026**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços da **empresa M. SERVICOS LTDA, CNPJ: 49.631.686/0001-08,** atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 005, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual **prestação de serviços futuros e eventuais tendo por objeto ministrar oficinas culturais, artísticas e esportivas no município de Maripá/PR,** especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Qtde	U.M.	Serviço - Descrição Mínima	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
1	550	Hora/aula	**Aulas de Ginástica Rítmica** no município de Maripá.	79,00	43.450,00
Valor Total (R$)					**43.450,00**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Maripá - PR.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme Art. 27-C do Decreto Municipal n° 005 de 05 de janeiro de 2024.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços. (Art 20 Decreto Municipal 005/2024).

000048

5. VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, inclusive com renovação de quantitativo, observados os requisitos do Art 19. do Decreto Municipal nº. 005, de 5 de janeiro de 2024 e suas alterações.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I - Termo de Referência, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. A habilitação dos licitantes do cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS (Art. 22 do Decreto 005/2024 de 05 de janeiro de 2024.)

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

006049

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS (Art. 23 e 24 do Decreto 005/2024)

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

006050

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Art. 27 do Decreto 005/2024.

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser utilizadas por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo do Município de Maripá, independentemente de solicitação inicial de demanda para registro de preços.
8.1.1. O órgão ou entidade que não formulou solicitação inicial de demanda para registro de preços, deverá requerer ao órgão gerenciador a sua inclusão no processo, o qual solicitará, existindo saldo, manifestação dos demais órgãos para promover o remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS Art. 25 e 26 do Decreto 005/2024.

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto Municipal nº 005, de 2024; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24 ambos do Decreto Municipal nº 005, de 2024.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As infrações e sanções administrativas são as constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, inc. X, do Decreto Municipal nº 005, de 2024).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909

Assinado digitalmente por RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A3, OU=Videoconferencia, OU=22087251000156, OU=AC SyngularID Multipla, CN=RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.04 08:36:15-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Rodrigo André Schanoski
MUNICÍPIO DE MARIPÁ
CONTRATANTE

gov.br
Documento assinado digitalmente
MAYARA GABRIELE DE OLIVEIRA
Data: 04/09/2026 15:24:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Mayara Gabriele de Oliveira
M. SERVICOS LTDA
CONTRATADA

006052

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2026

O **MUNICÍPIO DE MARIPÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Luiz de Camões, 437, inscrita no CNPJ/MF nº 95.583.571/0001-02, devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr.º **Rodrigo André Schanoski**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade/RG. Nº 7.966.693-9, e inscrito no CPF/MF nº 036.429.759-09, abrangendo todas as unidades da administração pública municipal direta do Poder Executivo, considerando o julgamento da licitação, **Processo Licitatório nº 044/2026, na modalidade de Pregão nº 028/2026**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços da **empresa IVAN ZANETTE LTDA, CNPJ: 22.095.385/0001-50,** atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 005, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual **prestação de serviços futuros e eventuais tendo por objeto ministrar oficinas culturais, artísticas e esportivas no município de Maripá/PR,** especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Qtde	U.M.	Serviço - Descrição Mínima	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
16	750	Hora/aula	**Aulas de Arte Circense** no Município de Maripá	107,65	80.737,50
Valor Total (R$)					**80.737,50**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Maripá - PR.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme Art. 27-C do Decreto Municipal n° 005 de 05 de janeiro de 2024.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços. (Art 20 Decreto Municipal 005/2024).

000053

5. VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, inclusive com renovação de quantitativo, observados os requisitos do Art 19. do Decreto Municipal nº. 005, de 5 de janeiro de 2024 e suas alterações.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I - Termo de Referência, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. A habilitação dos licitantes do cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS (Art. 22 do Decreto 005/2024 de 05 de janeiro de 2024.)

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

006054

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS (Art. 23 e 24 do Decreto 005/2024)

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

006055

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Art. 27 do Decreto 005/2024.

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser utilizadas por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo do Município de Maripá, independentemente de solicitação inicial de demanda para registro de preços.
8.1.1. O órgão ou entidade que não formulou solicitação inicial de demanda para registro de preços, deverá requerer ao órgão gerenciador a sua inclusão no processo, o qual solicitará, existindo saldo, manifestação dos demais órgãos para promover o remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS Art. 25 e 26 do Decreto 005/2024.

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto Municipal nº 005, de 2024; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24 ambos do Decreto Municipal nº 005, de 2024.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As infrações e sanções administrativas são as constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, inc. X, do Decreto Municipal nº 005, de 2024).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909

Assinado digitalmente por RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A3, OU=Videoconferencia, OU=22087251000198, OU=AC SyngularID Multipla, CN=RODRIGO ANDRE SCHANOSKI:03642975909
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.22 10:13:13-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Rodrigo André Schanoski
MUNICÍPIO DE MARIPÁ
CONTRATANTE

IVAN ZANETTE LTDA:22095385000150

Assinado de forma digital por IVAN ZANETTE LTDA:22095385000150
Dados: 2026.07.22 11:42:35 -03'00'

Ivan Zanette
IVAN ZANETTE LTDA
CONTRATADA

006057

pncp.gov.br/app/editais/76966845000106/2026/36

Nova pasta GO-Global (1) WhatsApp Banco de Precos :

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

Editais

Edital nº PCE 19/2026

Ultima atualização 17/03/2026

Contratação na origem não informada

Processo Eletrônico na origem não informado

Órgão/Entidade: 76.966.845/0001-06 - MUNICIPIO DE JOAQUIM TAVORA **Unidade compradora**: 06002 - Divisão de Cultura **Localidade da Unidade**: Joaquim Tavora/PR

Órgão/Entidade sub-rogado: não informado **Unidade compradora sub-rogada**: não informada **Localidade da Unidade sub-rogada**: não informada

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal**: Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo**: Edital **Modo de disputa**: Aberto-Fechado **Registro de preço**: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 17/03/2026 **Situação**: Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas**: 17/03/2026 14:01 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 03/04/2026 09:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 76966845000106-1-000036/2026 **Fonte**: IPM Sistemas

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços de 1 (um) Professor de Teatro Profissional para Atividades Culturais de Artes Cênicas, destinado aos alunos das escolas da rede municipal de educação, conforme Termo de Referencia deste edital

31°C Parc ensolarado

Pesquisar

POR PTB2 15:24 21/09/2026

000038

pncp.gov.br/app/editais/76966845000106/2026/36

Nova pasta | GO-Global | (1) WhatsApp | Banco de Precos :

Item n° 1

Descrição: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONDUÇÃO DE OFICINA DE TEATRO, COM DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PRÁTICAS E PEDAGÓGICAS VOLTADAS À EXPRESSÃO CORPORAL, INTERPRETAÇÃO, IMPROVISAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, SOCIALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO CULTURAL DOS PARTICIPANTES. AULAS DUAS VEZES POR SEMANA (EM DIAS A SER ACORDADO ENTRE O CONTRATADO E CONTRATANTE) DURAÇÃO DAS AULAS: 8 HORAS (UM DIA) 4 HORAS (UM DIA)

Critério de julgamento: Menor preço **Situação**: Homologado **Tipo**: Serviço **Categoria do item de leilão**: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício**: Sem benefício **Margem de preferência normal**: Não **Margem de preferência adicional**: Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 576 **Unidade de medida**: HORA (HR) **Valor unitário estimado**: R$ 98,00 **Valor total estimado**: R$ 56.448,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1° **Data do resultado da homologação**: 14/04/2026 **Situação**: Informado

CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 18.022.730/0001-59 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: FLAVIO PAULINO MARTIN

Reserva/Remanescente: Não se aplica **Indicador de subcontratação**: Não **Porte da empresa**: Demais **Código do país**: BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP**: Não **Uso do critério de desempate**: Não

Quantidade homologada: 576 **Valor unitário homologado**: R$ 85,00 **Valor total homologado**: R$ 48.960,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

‹ Voltar

31°C Parc ensolarado | Pesquisar | POR PTB2 | 15:22 21/09/2026

60000

pncp.gov.br/app/editais/88594999000195/2025/2065

Nova pasta GO-Global (1) WhatsApp Banco de Precos :

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

Editais

Edital nº 0110/2025

Ultima atualização 15/05/2026

Acessar Contratação

Processo Eletrônico na origem não informado

Órgão/Entidade: 88.594.999/0001-95 - MUNICIPIO DE GARIBALDI **Unidade compradora**: 172777 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI **Localidade da Unidade**: Garibaldi/RS

Órgão/Entidade sub-rogado: não informado **Unidade compradora sub-rogada**: não informada **Localidade da Unidade sub-rogada**: não informada

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal**: Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo**: Edital **Modo de disputa**: Aberto **Registro de preço**: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 11/12/2025 **Situação**: Divulgada no PNCP **Data de inicio de recebimento de propostas**: 12/12/2025 08:30 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 13/01/2026 08:30 (horário de Brasília)

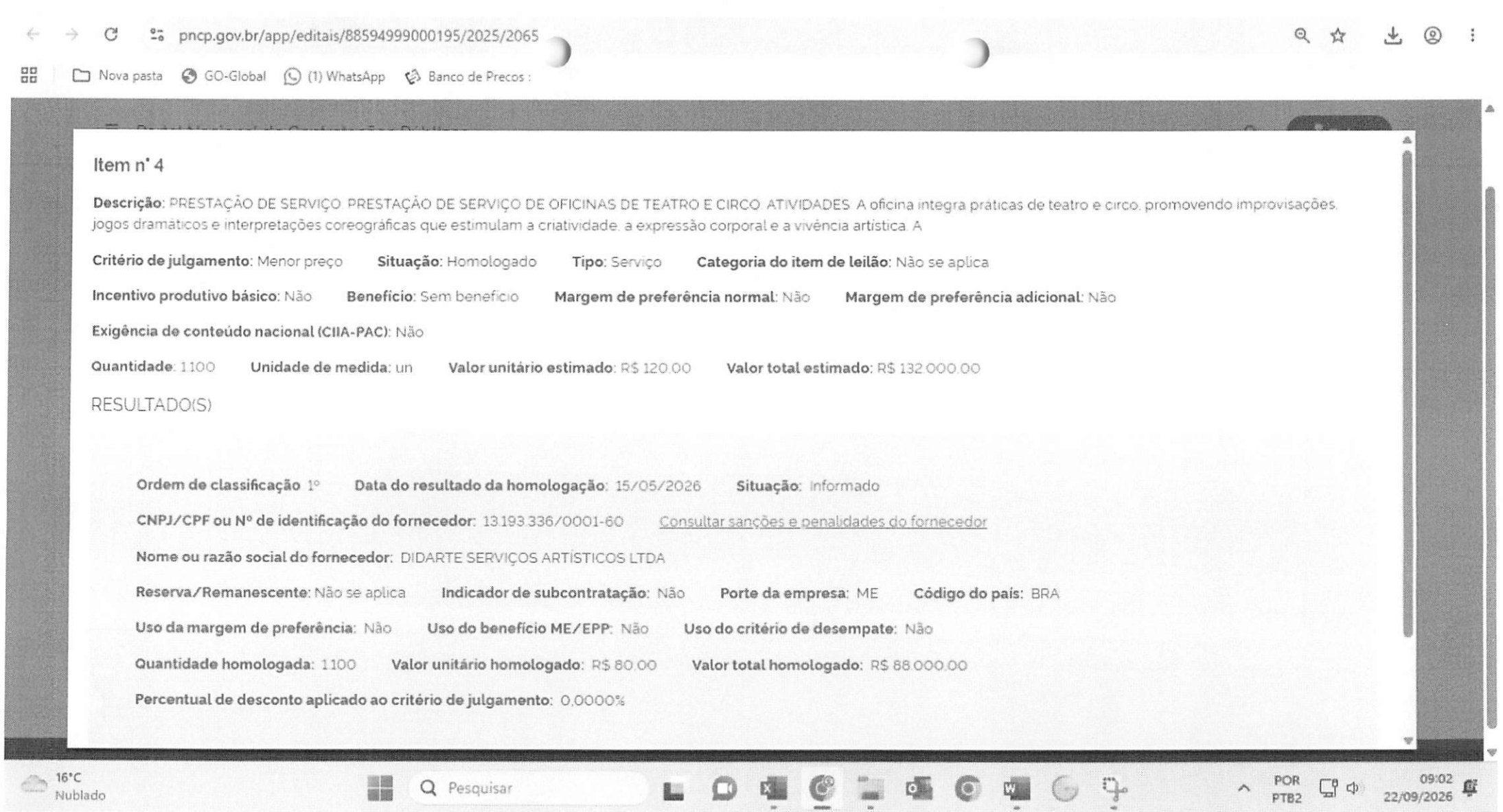
Id contratação PNCP: 88594999000195-1-002065/2025 **Fonte**: PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Objeto:

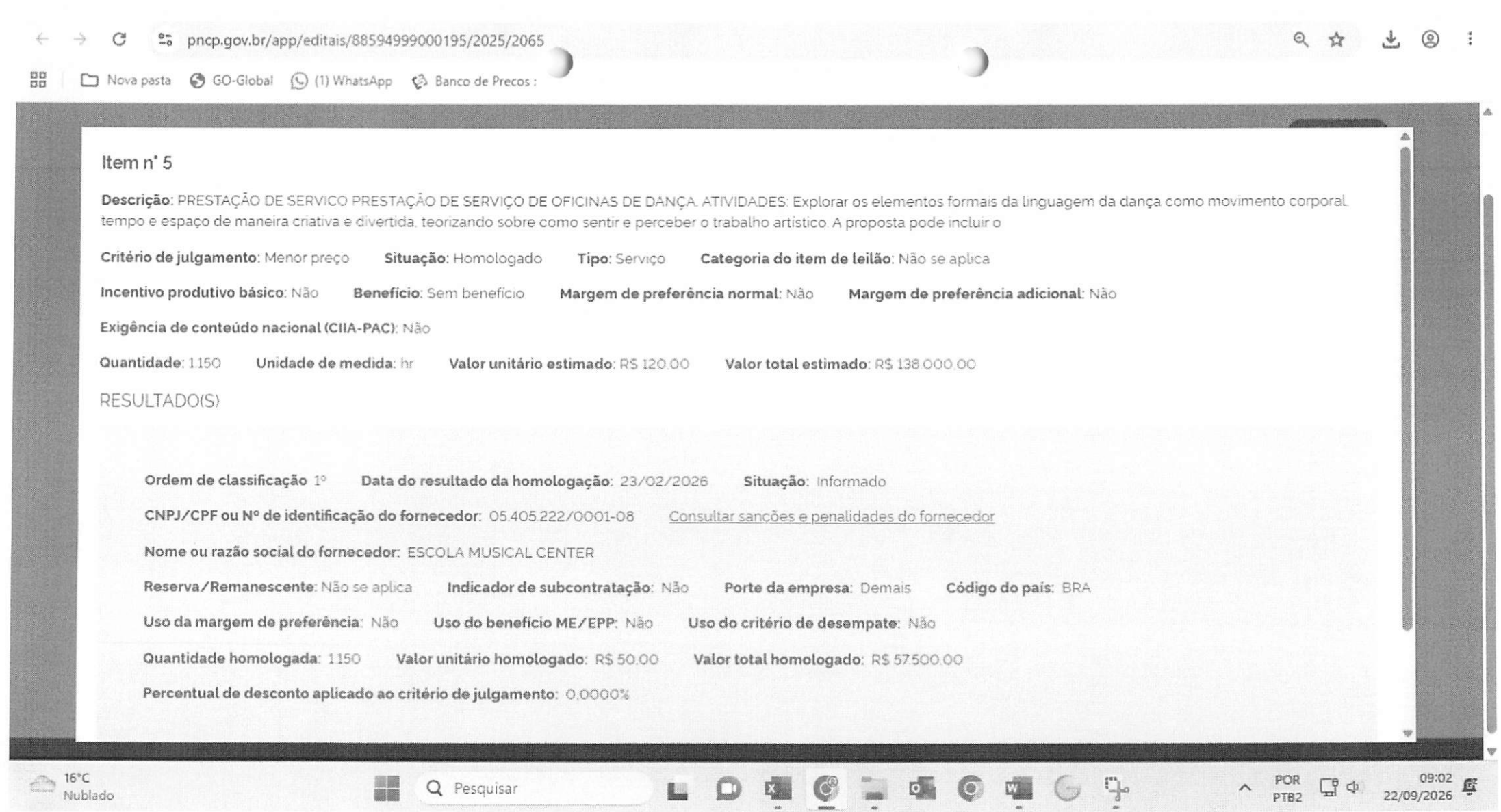
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR OFICINAS DE CONTRATURNO ESCOLAR EM DIVERSAS EMEFs

16°C Nublado Pesquisar POR PTB2 09:01 22/09/2026

090060


pncp.gov.br/app/editais/88594999000195/2025/2065
Nova pasta
GO-Global
(1) WhatsApp
Banco de Precos :
Item n° 4
Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINAS DE TEATRO E CIRCO ATIVIDADES A oficina integra práticas de teatro e circo, promovendo improvisações, jogos dramáticos e interpretações coreográficas que estimulam a criatividade, a expressão corporal e a vivência artística. A
Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Serviço Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Sem benefício Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 1.100 Unidade de medida: un Valor unitário estimado: R$ 120,00 Valor total estimado: R$ 132.000,00
RESULTADO(S)
Ordem de classificação 1° Data do resultado da homologação: 15/05/2026 Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 13.193.336/0001-60 Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: DIDARTE SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA
Reserva/Remanescente: Não se aplica Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: ME Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 1.100 Valor unitário homologado: R$ 80,00 Valor total homologado: R$ 88.000,00
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%
16°C
Nublado
Pesquisar
POR
PTB2
09:02
22/09/2026

0006061


pncp.gov.br/app/editais/88594999000195/2025/2065
Nova pasta
GO-Global
(1) WhatsApp
Banco de Precos :
Item nº 5
Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVICO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINAS DE DANÇA. ATIVIDADES: Explorar os elementos formais da linguagem da dança como movimento corporal, tempo e espaço de maneira criativa e divertida, teorizando sobre como sentir e perceber o trabalho artístico. A proposta pode incluir o
Critério de julgamento: Menor preço
Situação: Homologado
Tipo: Serviço
Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não
Benefício: Sem benefício
Margem de preferência normal: Não
Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 1.150
Unidade de medida: hr
Valor unitário estimado: R$ 120,00
Valor total estimado: R$ 138.000,00
RESULTADO(S)
Ordem de classificação 1º
Data do resultado da homologação: 23/02/2026
Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 05.405.222/0001-08
Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: ESCOLA MUSICAL CENTER
Reserva/Remanescente: Não se aplica
Indicador de subcontratação: Não
Porte da empresa: Demais
Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não
Uso do benefício ME/EPP: Não
Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 1.150
Valor unitário homologado: R$ 50,00
Valor total homologado: R$ 57.500,00
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%
16°C
Nublado
Pesquisar
POR
PTB2
09:02
22/09/2026

290062

pncp.gov.br/app/editais/88594999000195/2025/2065

Nova pasta | GO-Global | (1) WhatsApp | Banco de Precos :

Item n° 8

Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVICO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINAS DE GINÁSTICA ARTÍSTICA DE SOLO ATIVIDADES: Oficina de Ginástica Artística de Solo tem como objetivo desenvolver, de forma lúdica e segura, as habilidades motoras das crianças por meio de movimentos como rolamentos, equilíbrios, salt

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 750 **Unidade de medida:** hr **Valor unitário estimado:** R$ 130,00 **Valor total estimado:** R$ 97.500,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 23/02/2026 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 21.676.596/0001-14 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: ACADEMIA C. TAUFER LTDA

Reserva/Remanescente: Não se aplica **Indicador de subcontratação:** Não **Porte da empresa:** ME **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 750 **Valor unitário homologado:** R$ 90,00 **Valor total homologado:** R$ 67.500,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

cultural do município, promovendo o reconhecimento e a valorização

16°C Nublado | Pesquisar | POR PTB2 | 09:04 22/09/2026

INSIRA SUA LOGO AQUI

Relatório de Cotação: OFICINAS CULTURA

Pesquisa realizada entre 21/09/2026 10:29:24 e 21/09/2026 10:57:48

Relatório gerado no dia 21/09/2026 11:00:15 (IP: 167.250.44.146)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Metodo matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1

PROFISSIONAL QUALIFICADO PAR MINISTRAR AULAS, OFICINAS E APRESENTAÇÕES CIRCENSES

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	960	R$ 85,00 (un)	-	R$ 85,00	R$ 81.600,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	76.966.845/0001-06 - MUNICIPIO DE JOAQUIM TAVORA / 06002 - Divisão de Cultura	76966845000106-1-000036/2026	03/04/2026	R$ 85,00

Valor Unitário R$ 85,00

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 85,00 | Media dos Preços Obtidos: R$ 85,00

Item 2

Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança,

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
3 / 3	960	R$ 84,55 (un)	-	R$ 84,55	R$ 81.168,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	95.990.131/0001-70 - MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA / 04002 - Fundo Municipal da Cultura - Fmc	95990131000170-1-000051/2026	13/03/2026	R$ 83,00
2	83.102.350/0001-96 - MUNICIPIO DE BOTUVERA / 01 - Prefeitura Municipal de Botuverá	83102350000196-1-000070/2025	03/10/2025	R$ 80,64

Valor Unitário R$ 81,82

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	76.205.640/0001-08 - Município de Dois Vizinhos	MDV-901122025-Pregão -Uso até 30/04/26 Eletrônico	19/12/2025	R$ 90,00

Valor Unitário R$ 90,00

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 83,00 | Média dos Preços Obtidos: R$ 84,50

Item 3

Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
2 / 2	960	R$ 91,75 (un)	-	R$ 91,75	R$ 88.080,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	77.857.183/0001-90 - MUNICIPIO DE GUAIRA / 08001 - Diretoria de Educação	77857183000190-1-000020/2026	25/02/2026	R$ 93,50
2	88.594.999/0001-95 - MUNICIPIO DE GARIBALDI / 172777 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI	88594999000195-1-002065/2025	13/01/2026	R$ 90,00

Valor Unitário R$ 91,75

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 91,75 | Média dos Preços Obtidos: R$ 91,75

Valor Global: R$ 250.848,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: PROFISSIONAL QUALIFICADO PAR MINISTRAR AULAS, OFICINAS E APRESENTAÇÕES CIRCENSES

Preço Estimado: R$ 85,00 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R$ 85,00 Média dos Preços Obtidos: R$ 85,00

Quantidade	Descrição	Observação
960 Horas	com curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação- MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, com preendendo práticas de malabarismo, equilibrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite- DUDA.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133) R$ 85,00

CNPJ: 76.966.845/0001-06
Órgão: MUNICIPIO DE JOAQUIM TAVORA / 06002 - Divisão de Cultura
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de 1 (um) Professor de Teatro Profissional para Atividades Culturais de Artes Cênicas, destinado aos alunos das escolas da rede municipal de educação, conforme Termo de Referencia deste edital.
Descrição: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONDUÇÃO DE OFICINA DE TEATRO, COM DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PRÁTICAS E PEDAGÓGICAS VOLTADAS À EXPRESSÃO CORPORAL, INTERPRETAÇÃO, IMPROVISAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, SOCIALIZAÇÃ - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONDUÇÃO DE OFICINA DE TEATRO, COM DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PRÁTICAS E PEDAGÓGICAS VOLTADAS À EXPRESSÃO CORPORAL, INTERPRETAÇÃO, IMPROVISAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, SOCIALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO CULTURAL DOS PARTICIPANTES. AULAS DUAS VEZES POR SEMANA (EM DIAS A SER ACORDADO ENTRE O CONTRATADO E CONTRATANTE) DURAÇÃO DAS AULAS: 8 HORAS (UM DIA) 4 HORAS (UM DIA)
Fonte: https://pncp.gov.br/app/

Data: 03/04/2026 09:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
Critério de Julgamento: Menor preço
SRP: NÃO
Identificação: 76966845000106-1-000036/2026
Lote/Item: 1/1
Consulta: Link Consulta
Homologação: 14/04/2026 00:00
Quantidade: 576
Unidade: HORA (HR)
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
18.022.730/0001-59 *VENCEDOR*	18.022.730 FLAVIO PAULINO MARTIN	R$ 85,00

Item 2: Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança

Preço Estimado: R$ 84,55 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R$ 84,55 Média dos Preços Obtidos: R$ 84,55

Quantidade	Descrição	Observação
960 Horas	com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a pr estação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite- DUDA.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133) R$ 83,00

CNPJ: 95.990.131/0001-70
Órgão: MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA / 04002 - Fundo Municipal da Cultura - Fmc
Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de profissionais instrutores, junto ao Departamento de Cultura
Descrição: INSTRUTOR DE DANÇA DE SALÃO E DANÇA TRADICIONALISTA GAÚCHA A habilitação deve ser comprovada por meio de apresentação de curso específico de no mínimo de 80 horas.?A experiencia pode ser comprovada por meio do curriculo vitae (neste devem constar a relaçã - INSTRUTOR DE DANÇA DE SALÃO E DANÇA TRADICIONALISTA GAÚCHA A habilitação deve ser comprovada por meio de apresentação de curso específico de no mínimo de 80 horas.?A experiencia pode ser comprovada por meio do curriculo vitae (neste devem constar a relação das pessoas ou empresas atendidas, com nome e telefone).
Fonte: https://pncp.gov.br/app/

Data: 13/03/2026 08:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
Critério de Julgamento: Menor preço
SRP: NÃO
Identificação: 95990131000170-1-000051/2026
Lote/Item: 1/3
Consulta: Link Consulta
Homologação: 18/03/2026 00:00
Quantidade: 480
Unidade: HORA (H)
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
49.848.910/0001-18 *VENCEDOR*	LEANDRO TEODORO	R$ 83,00

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais R$ 80,64
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 83.102.350/0001-96
Órgão: MUNICIPIO DE BOTUVERA / 01 - Prefeitura Municipal de Botuverá
Objeto: [Portal de Compras Públicas] - Registro de Preço para eventual contratação sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de oficineiros, visando ministrar oficinas específicas no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, vinculada a Secretaria de Assistência Social e Habitação, bem como oficinas de danças folclóricas destinadas a atender às demandas da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude, especialmente em razão das apresentações realizadas durante a Tradicional Festa Bergamasca.
Descrição: **SERVIÇOS DE OFICINA DE DANÇAS FOLCLÓRICAS E DEMAIS DANÇAS COM PROFISSIONAIS OBRIGATORIAMENTE COM FORMAÇÃO DE BACHAREL EM DANÇA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM DANÇA** - SERVIÇOS DE OFICINA DE DANÇAS FOLCLÓRICAS E DEMAIS DANÇAS COM PROFISSIONAIS OBRIGATORIAMENTE COM FORMAÇÃO DE BACHAREL EM DANÇA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM DANÇA
Fonte: https://pncp.gov.br/app/

Data: 03/10/2025 08:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
Critério de Julgamento: Menor preço
SRP: NÃO
Identificação: 83102350000196-1-000070/2025
Lote/Item: 1/4
Consulta: Link Consulta
Homologação: 30/10/2025 00:00
Quantidade: 800
Unidade: Hora
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
37.827.879/0001-50 *VENCEDOR*	INOVAGOV SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	R$ 80,64

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais R$ 90,00
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 76.205.640/0001-08
Órgão: Município de Dois Vizinhos
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de oficinas socioeducativas e de desenvolvimento humano no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, destinadas a grupos acompanhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
Descrição: **OFICINAS DE DANÇA.** - Prestação de serviço especializado para execução de oficinas de dança voltadas ao público atendido nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com foco na valorização da cultura, expressão corporal, autoestima, socialização e estímulo à convivência comunitária. As atividades deverão contemplar diversos estilos (danças populares, urbanas, regionais ou contemporâneas), conforme o perfil dos grupos atendidos, promovendo inclusão, respeito à diversidade e desenvolvimento motor e afetivo. As oficinas deverão ocorrer de forma continuada, conforme cronograma definido pela Secretaria, com metodologia participativa, dinâmica e adequada à faixa etária e realidade dos participantes. Cada oficina deverá possuir responsabilidade técnica de profissional com ensino superior devidamente habilitado, o qual será o responsável pela elaboração, monitoramento e atualização do plano de trabalho pedagógico e metodológico do SCFV vinculado à respectiva oficina, em consonância com os princípios e diretrizes da Ti
Fonte: https://doisvizinhospr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes

Data: 19/12/2025 00:00
Modalidade: Pregão -Uso até 30/04/26 Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: MDV-901122025-Pregão -Uso até 30/04/26 Eletrônico
Lote/Item: 1/1
Consulta: Link Consulta
Quantidade: 600
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
40.198.276/0001-40 *VENCEDOR*	40.198.276 DIEGO ANTONIO WISOCZYNSKI REBOLEDO ALONSO	R$ 90,00

Item 3 Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística

Preço Estimado: R$ 91,75 (un.) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R$ [illegible] Média dos Preços Obtidos: R$ 91,75

Quantidade	Descrição	Observação
960 Horas	com graduação em Educação Física, cursos especificos nas respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinada s a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mens ais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos proj etosculturaisda Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite- DUDA.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais R$ 93,50
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 77.857.183/0001-90
Órgão: MUNICIPIO DE GUAIRA / 08001 - Diretoria de Educação
Objeto: Credenciamento de empresas especializadas no ramo compatível, interessadas na futura contratação para ministrar oficinas de Arte em cerâmica, Esporte Radicais, Esportes Coletivos, Ginastica Rítmica e Xadrez a serem utilizadas em programas criados e executados pelo Município de Guaíra - Paraná. Memorando n° 4101/2025
Descrição: **Contratação de profissional especializado em Ginástica Rítmica Desportiva para ministrar oficinas de ginástica rítmica, baliza e corpo coreográfico, desenvolvendo aulas, treinamentos e coreografias voltadas às atividades esportivas e culturais do municípi** - Contratação de profissional especializado em Ginástica Rítmica Desportiva para ministrar oficinas de ginástica rítmica, baliza e corpo coreográfico, desenvolvendo aulas, treinamentos e coreografias voltadas às atividades esportivas e culturais do município, incluindo apresentações, festivais e eventos oficiais.
Fonte: https://pncp.gov.br/app/

Data: 25/02/2026 00:00
Modalidade: Credenciamento
Critério de Julgamento: Não se aplica
SRP: NÃO
Identificação: 77857183000190-1-000020/2026
Lote/Item: 1/2
Consulta: Link Consulta
Homologação: 25/02/2026 00:00
Quantidade: 1.200
Unidade: HORA (H)
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
49.631.686/0001-08 *VENCEDOR*	49.631.686 MAYARA GABRIELE DE OLIVEIRA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: PR	R$ 93,50

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais R$ 90,00
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 88.594.999/0001-95
Órgão: MUNICIPIO DE GARIBALDI / 172777 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR OFICINAS DE CONTRATURNO ESCOLAR EM DIVERSAS EMEFs
Descrição: **PRESTAÇÃO DE SERVICO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINAS DE GINÁSTICA ARTÍSTICA DE SOLO. ATIVIDADES: Oficina de Ginástica Artística de Solo tem como objetivo desenvolver, de forma lúdica e segura, as habilidades motoras das crianças por meio de movimentos co** - PRESTAÇÃO DE SERVICO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINAS DE GINÁSTICA ARTÍSTICA DE SOLO. ATIVIDADES: Oficina de Ginástica Artística de Solo tem como objetivo desenvolver, de forma lúdica e segura, as habilidades motoras das crianças por meio de movimentos como rolamentos, equilíbrios, salt
Fonte: https://pncp.gov.br/app/

Data: 13/01/2026 08:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
Critério de Julgamento: Menor preço
SRP: NÃO
Identificação: 88594999000195-1-002065/2025
Lote/Item: 1/8
Consulta: Link Consulta
Homologação: 23/02/2026 00:00
Quantidade: 750
Unidade: hr
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
21.676.596/0001-14 *VENCEDOR*	ACADEMIA C. TAUFER LTDA	R$ 90,00

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas
https://pncp.gov.br/app/
Data: 21/09/2026 10:45:36
Acessar a fonte aqui

2 - Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos/PR
https://doisvizinhospr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes
Data: 21/09/2026 10:55:13
Acessar a fonte aqui

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto PR, 23 de setembro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni – Prefeito Municipal

Preliminarmente para a autorização solicitada objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, encaminhamos:

PARA: Secretaria de Finanças;
- à fins de indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente à despesa;

PARA: Departamento de Materiais e Compras;
- à fins de elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação;

PARA: Departamento Jurídico;
- à fins de análise e indicação da modalidade a ser adotada.

Cordialmente,

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

000070

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto PR, 23 de setembro de 2026.

DE: Secretaria de Finanças – Contador

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção à solicitação objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico, para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, expedido por Vossa Excelência na data de 23/09/2026, com fulcro nos artigos 212 e 216, § 6º da Constituição Federal de 1988, vimos por meio deste informar que a despesa decorrente do referido processo, observadas as características e demais condições, especificações, valores e quantidades, definidas no edital e seus anexos, não comprometem os recursos mínimos destinados à saúde e à educação, conforme pedido exarado pelo secretário municipal, Dione Junior Helfer, no valor total de **R$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais).** Sendo que o pagamento será efetuado através das Dotações Orçamentárias:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.0000

Cordialmente,

JONES ROBERTO KINNER
CONTADOR - C.I. RG Nº 3.654.820-7 – PR

ENSON ELEMAR SCHABO
Secretário de Finanças

000071

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 23/09/2026

Esuplano

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)	Valor autorizado	Valor atualizado	Liquido empenhado	Saldo atual
14 Secretaria de Cultura	**500.000,00**	**490.000,00**	**274.623,64**	**215.376,36**
138 Departamento de Cultura	**500.000,00**	**490.000,00**	**274.623,64**	**215.376,36**
13.392.1301.2047 Atividades do Departamento de Cultura	**500.000,00**	**490.000,00**	**274.623,64**	**215.376,36**
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
03770 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00	490.000,00	274.623,64	215.376,36
Total Geral	**500.000,00**	**490.000,00**	**274.623,64**	**215.376,36**

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 23/09/2026
Orgão entre: 14 e 14
Natureza de despesa entre: 3.3.90.39.00.00 e 3.3.90.39.00.00
Fonte de recurso entre: 00000 e 00000

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° ...../2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° ...../2026
DATA DA REALIZAÇÃO: ..../...../2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Planalto– Paraná
https://www.gov.br/compras/pt-br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.460.526/0001-16, através da Secretaria de Administração, sediado à Praça São Francisco de Assis n° 1583 – centro – Planalto - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Luiz Carlos Boni, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, objetivando a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

..... de 2026 às 09h00min

UASG: 987775 – MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
Local da Sessão Pública: https://www.gov.br/compras/pt-br v

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

É Pregoeira deste Município, na qualidade de Agente de Contratação, a servidora Fernanda Scherer Marzec, auxiliadas pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados pela Portaria nº 485/2026 de 02 de setembro 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n° 3609 de 03 de setembro de 2026.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço

BONI

006073

https://www.gov.br/compras/pt-br.

1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá ..... de 2026 às 09h00min, no site https://www.gov.br/compras/pt-br nos termos das condições descritas neste Edital.

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO** a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.**

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **https://www.gov.br/compras/pt-br re www.planalto.pr.gov.br/licitacoes/.**

2.3 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATSER) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3555-8100/ 35558121 ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Educação, telefone nº (46) 3555 – 1641, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
3.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo a hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), serão desclassificadas.

3.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

000074

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 As impugnações ao Edital serão protocoladas em campo específico no sítio eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, e deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro(a), responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo que este poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.1.3 O pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.1.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO e sua divulgação se dará na mesma forma de sua divulgação inicial.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.2.1 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, em campo específico no sítio eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, o deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.2.2 O pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no

000075

certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão empresas interessadas que sejam especializadas e credenciadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.1 Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 Conforme o artigo 4 da Lei nº14.133 de 2021, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.4 Será vedada a participação de empresas:

5.4.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, e/ou impossibilitados de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma da legislação vigente, e aquelas declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública; pessoas físicas ou jurídicas que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item "a", enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

5.4.2 que não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

5.4.3 as pessoas físicas e jurídicas enquadradas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

5.4.4 que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou

BONI 000076

liquidação;

5.4.5 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

6 DO CREDENCIAMENTO

6.3 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.4 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.6 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

7.2.1 Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer

Boni 000077

acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.3 O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema e o preço ofertado.

7.10 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Planalto.

7.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.13 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preambulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

006079

8.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e da seguinte forma:

8.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrera sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 8.9.

8.9 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

8.9.1 Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

8.9.2 Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

8.10 Será o considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

8.11 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razoes para a previa desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 8.9.

8.12 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.13 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.14 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.15 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
8.15.1 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
8.16.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.17 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
8.17.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não retira da licitante a responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.18 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R$ 0,01 (um centavo de real).**

BONI
000081

8.19 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por ITEM.

8.20 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.20.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.21 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

9 DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1 O Pregoeiro solicitará a licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2 O prazo para envio da proposta e de, no máximo, 02 (duas) horas úteis a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados (quando for objeto), antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

9.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 9.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

9.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

9.1.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Boni
000082

9.2 A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotes vencidos, marca,/modelo (quando for o caso), quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste edital.

9.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.4 A proposta será desclassificada quando:
a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
9.4.1 O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "c" acima.

9.5 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto a compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão o ser superiores aos valores estimados constantes na tabela do Anexo I.
9.5.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta.
9.5.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, podendo abranger o Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação a aqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação as empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 7.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

10.4. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.4.1.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.4.2.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.4.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.4.2.3. O balanço patrimonial exigido será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo

000084

balanço de abertura.

10.4.2.5. A proponente que é Microempreendedor Individual deverá apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional - DASN SIMEI.

10.4.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

10.4.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

10.4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.3.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**

10.4.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

10.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

10.4.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

10.4.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.4.7. Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.

10.4.8. Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social

000085

anterior, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 8.5.3, "a".

10.4.9. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**

10.4.9.1. Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO III)**;

10.4.9.2. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

10.4.9.3. Para o item 1 – Oficina de dança:

a) Diploma de curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como ballet, dança contemporânea, dança popular, danças urbanas, jazz, tango, dança circular, dança folclórica ou outras modalidades compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificada;

c) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades de dança previstas no respectivo item;

d) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

e) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade;

f) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração;

g) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional,

admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

h) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Edital. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

10.4.9.4 Para o item 2 – Oficina de arte circense:

a) Diploma de curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses a serem ministradas;

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, palhaçaria, práticas aéreas ou outras modalidades circenses compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificadas.

c) Curso de NR35, especialmente porque a oficina compreenderá atividades em tecido acrobático, o profissional responsável deverá comprovar experiência ou formação compatível com acrobacias aéreas e segurança na utilização de aparelhos circenses.

d) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades circenses previstas no respectivo item.

e) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

f) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

g) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

h) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência

006087

Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

i) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Edital. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

10.4.9.5 Para o item 3 – Oficina de Ginástica Rítmica:

a) Diploma de curso superior em Educação Física, ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a atividade com no mínimo 120 horas.

c) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

d) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

e) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

f) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

g) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos

BONI 000038

requisitos técnicos estabelecidos neste Edital. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

10.5. O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Planalto (DESDE QUE VÁLIDO) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 10.5.1 a 10.5.3, para a documentação por ele abrangida.
10.5.1. Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pela Pregoeira.
10.5.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.5.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
10.5.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
10.5.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

10.6. Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:
10.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
10.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.
10.7.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.
10.7.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto – PR CEP:85.750-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital

10.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1 A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

11.2 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3 Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4 Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
III - Em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

11.6 A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7 Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8 A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

11.9 Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.10 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

11.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12 DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende as exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13 DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante.

13.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
13.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.6 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.planalto.pr.gov.br/ .

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo

com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

15.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2 A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

16 CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO

16.1 O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pela Secretaria Municipal da Cultura.

16.2 A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação da Secretaria Municipal da Cultura;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

16.3 Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

16.4 Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações da Secretaria Municipal da Cultura, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

16.5 A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme programação da Escola.

006093

16.6 As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e horários definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.

16.7 A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.

16.8 O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.

16.9 Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

16.10 Os profissionais deveram manter comunicação com o responsável indicado pela Secretaria Municipal da Cultura para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.

16.11 A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.

16.12 Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.

16.13 Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.

16.14 A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola e da Secretaria Municipal da Cultura, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.

16.15 A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.

16.16 A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação,

conforme a programação da Secretaria Municipal da Cultura e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas neste Edital.

16.17 A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

16.18 A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

17 DAS OBRIGAÇÕES

17.1 São Obrigações da CONTRATANTE:

17.1.1 Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos;
17.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
17.1.3 Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
17.1.4 Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

17.2 São Obrigações da CONTRATADA:

17.2.1 O(A) Contratado(a) deve cumprir, todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos, em sua proposta e nas cláusulas contratuais, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços;
17.2.2 Prestar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na solicitação emitida pela Secretaria solicitante, acompanhado da respectiva nota fiscal;
17.2.3 Responsabilizar-se pelo próprio deslocamento, alimentação e hospedagem, quando aplicável, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas e demais tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Edital;
17.2.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
17.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
17.2.6 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito(a);
17.2.7 Apresentar documentos referentes à prestação dos serviços, sempre que solicitado.

17.3 A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a execução mensal do objeto, emissão e apresentação da referida nota fiscal.

18.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

18.3 Quaisquer erros ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

18.4 Valor máximo estimado da licitação é de **R$ 253.000,00 (Duzentos e cinquenta e três mil reais).**

18.5 Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.0000

18.6 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

19 DO REAJUSTE

19.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

19.1.1 Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

19.1.2 Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

19.2 Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

006096

19.3 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.4 A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.5 Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.6 Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

19.7 O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.8 A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

19.9 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

19.10 Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.11 O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

19.12 O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

000097

20 CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1 As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO CONTRATUAL**, cuja minuta consta como **Anexo IV** deste Edital.

20.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura do Instrumento Contratual.

20.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Instrumento Contratual, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

20.4 A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

20.5 Para assinatura do Instrumento Contratual, esta deverá ser realizada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurados), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

21 DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 20.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

21.2 As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas as sanções referidas no item 21.1.

21.3 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa a inexecução total do contrato;

000098

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.4 Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

21.5 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.6 Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas

previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.7 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9 Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10 Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

21.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.12 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

21.14 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que

Boni
006100

utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.15 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

21.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1 Fica assegurado ao Município de Planalto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente

fundamentado.

22.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Planalto - PR.

23 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24 DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

24.1 O Município de Planalto realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

24.2 O Município de Planalto fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.2.1 As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

24.2.2 As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

24.2.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.3 A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

Boni
000102

25 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

25.1 Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

25.2 A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa -lá sempre que for necessário.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico **www.diariomunicipal.com.br/amp/**, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.planalto.pr.gov.br/.**

26.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

26.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

26.5 Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos objetos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

26.6 A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

26.7 As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

26.8 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação

de documentação referente ao presente Edital.

26.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Planalto, exceto quando explicitamente disposto em contrário, espeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.11 Fica assegurado à Município Planalto o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos do art. 71, da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.12 A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no Art. 148, da Lei n°14.133, de 2021.

26.13 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Planalto.

26.14 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.15 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

26.16 A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

26.17 A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Planalto, quanto do emissor.

26.18 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

26.19 Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

26.20 Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

26.21 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

26.22 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.23 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.24 EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

26.25 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema - PR.

26.26 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.27 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Minuta de Contrato.

Planalto – PR, ... de setembro de 2026.

.....

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal da Cultura.

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, para atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.

3. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Dione Junior Helfer.

4. JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO.

4.1. A Secretaria Municipal da Cultura mantém a Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, com a possibilidade de atividades em diversas áreas culturais. Durante todo o histórico de existência, até o momento, a Secretaria tem mantido aulas, oficinas, ensaios e apresentações artístico-culturais em diferentes modalidades, priorizando o atendimento a crianças, adolescentes e jovens, o que mobiliza muitos alunos a buscarem desenvolver suas habilidades em atividades de contraturno escolar.

4.2. O município de Planalto, por meio da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, atende crianças, jovens, adolescentes e adultos, o que justifica o público-alvo interessado nas atividades, bem como o atendimento à demanda que surge do interesse popular e comum, oportunizando a todos os interessados a realização de atividades de

006106

contraturno, entretenimento e socialização.

4.3. A contratação das aulas de ATIVIDADES CIRCENSES, DANÇA e GINÁSTICA RÍTMICA E ARTÍSTICA tem como objetivo mobilizar e integrar crianças, adolescentes, jovens e adultos em atividades artísticas, auxiliar no desenvolvimento físico e mental, despertar o gosto e o interesse pelas artes em geral e a formação de público.

4.4. Conforme necessidade apontada pela Secretaria Municipal da Cultura e pela direção da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, há a presente necessidade de contratação dos profissionais especializados apresentados no item 4.1 deste documento, para que as práticas artístico-culturais possam ser desenvolvidas atendendo à programação com que se espera que as atividades aconteçam.

4.5. A carga horária de cada modalidade foi estabelecida em 20 (vinte) horas semanais, correspondendo a 80 (oitenta) horas mensais, o que resulta em um total de 960 (novecentas e sessenta) horas ao longo dos 12 (doze) meses de execução do contrato. A esse quantitativo foram acrescidas 40 (quarenta) horas por modalidade, destinadas ao atendimento de eventos, apresentações e demais atividades que, eventualmente, demandem carga horária superior à jornada regular estabelecida, totalizando, assim, 1.000 (mil) horas por modalidade no período contratual.

5. VALOR:

5.1. O valor total estimado é de **R$ 253.000,00 (Duzentos e cinquenta e três mil reais);**

5.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e licitações similares de outros órgãos;

5.3. Responsável pela cotação: Luiz Eduardo Libardi.

6. OBJETOS:

ITEM	CATSER	UN	OBJETO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de	1000	R$ 83,00	$83.000,00

006107

			malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
02	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	1000	85,00	$85.000,00
03	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica	1000	R$ 85,00	R$85.000,00

006108

			rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
VALOR TOTAL:						**R$253.000,00**

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

7. CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pela Secretaria Municipal da Cultura.

7.2. A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação da Secretaria Municipal da Cultura;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

7.3. Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

7.4. Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações da Secretaria Municipal da Cultura, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

7.5. A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às

modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme programação da Escola.

7.6. As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e horários definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.

7.7. A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.

7.8. O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.

7.9. Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

7.10. Os profissionais deverão manter comunicação com o responsável indicado pela Secretaria Municipal da Cultura para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.

7.11. A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.

7.12. Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.

7.13. Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.

7.14. A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola e da Secretaria Municipal da Cultura, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.

7.15. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.

7.16. A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação, conforme a programação da Secretaria Municipal da Cultura e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.17. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

7.18. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos;
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
8.3. Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
8.4. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9. OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(O):

9.1. O(A) Contratado(a) deve cumprir, todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos, em sua proposta e nas cláusulas contratuais, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços;
9.2. Prestar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na solicitação emitida pela Secretaria solicitante, acompanhado da respectiva nota fiscal;
9.3. Responsabilizar-se pelo próprio deslocamento, alimentação e hospedagem, quando aplicável, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas e demais tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito(a);
9.7. Apresentar documentos referentes à prestação dos serviços, sempre que solicitado.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

10.1. A presente aquisição será dividida em itens, não havendo a necessidade de agrupamento. Justifica-se o PARCELAMENTO, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, além de ser técnica e economicamente viável, favorecendo assim o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Boni 000111

11. MODALIDADE E JUSTIFICATIVA:

11.1. Conforme art. 28 da Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação:

I-Pregão;

II-Concorrência;

III-Concurso;

IV-Leilão;

V - Diálogo competitivo.

11.2. Na mesma Lei, art. 6º, inciso XLI, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

11.3. A contratação objeto deste Termo de Referência enquadra-se na categoria de serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Para esta contratação será utilizada a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM e modo de disputa ABERTO.

11.5. A adoção do critério de julgamento por item está em conformidade com a regra geral do parcelamento do objeto, prevista nos arts. 40, § 2º, inciso I, e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, segundo os quais a Administração deve, sempre que técnica e economicamente viável, dividir o objeto em parcelas menores, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação do maior número possível de licitantes.

11.6. Dessa forma, o julgamento por item permite que cada modalidade seja disputada de forma independente, possibilitando a apresentação de propostas por licitantes especializados em cada área, sem prejuízo da possibilidade de um mesmo licitante apresentar proposta para mais de um item, caso reúna as qualificações exigidas para tanto.

11.7. Assim, a adoção do MENOR PREÇO POR ITEM busca assegurar maior competitividade, economicidade e aderência às exigências técnicas específicas de cada modalidade, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

11.8. JUSTIFICATIVA DA APRESENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS:

11.8.1. Os serviços objeto da contratação compreendem a realização de oficinas e atividades de formação artística e cultural na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, cujo atendimento é direcionado prioritariamente a crianças e adolescentes com idade entre 4 (quatro) e 16 (dezesseis) anos. Em razão das características das atividades, os profissionais responsáveis permanecerão junto aos participantes durante as aulas, orientando, acompanhando e supervisionando o desenvolvimento das práticas propostas.

11.8.2. Nesse contexto, a apresentação das certidões de antecedentes criminais dos profissionais indicados para a execução de todos os itens constitui medida preventiva destinada a fortalecer a segurança do público infantojuvenil atendido e a concretizar os deveres de proteção integral e prioridade absoluta assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

006112

11.8.3. A exigência encontra fundamento específico no artigo 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, incluído pela Lei nº 14.811/2024, que determina às instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e recebam recursos públicos a exigência e a manutenção das certidões de antecedentes criminais de seus colaboradores, com atualização a cada 6 (seis) meses. Encontra respaldo, ainda, no artigo 67, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que admite, para fins de qualificação técnica, a comprovação do atendimento a requisitos previstos em legislação especial.

11.8.4. As certidões deverão ser apresentadas individualmente para cada profissional indicado pela licitante. Caso o mesmo profissional seja responsável pela execução de mais de um item, poderão ser utilizadas as mesmas certidões, desde que estejam atualizadas e acompanhadas de documento que identifique expressamente todos os itens nos quais ocorrerá sua atuação.

11.8.5. A existência de registro, anotação ou apontamento nas certidões não ocasionará, por si só, a recusa do profissional ou a inabilitação da licitante. Quando necessário, a Administração poderá promover diligência para esclarecer o conteúdo da informação e deverá realizar avaliação individualizada, fundamentada e proporcional, considerando a natureza e a gravidade da ocorrência, sua situação jurídica, a relação com as atribuições a serem desempenhadas e os riscos associados à atuação junto ao público infantojuvenil, preservando-se a presunção de inocência e o caráter não discriminatório da análise.

11.8.6. Antes da adoção de decisão desfavorável, deverá ser assegurada à licitante a oportunidade de apresentar esclarecimentos e documentos complementares relacionados ao apontamento identificado. Somente será recusado o profissional quando ficar demonstrada, por decisão administrativa devidamente motivada, a existência de condenação criminal transitada em julgado ou de restrição judicial vigente efetivamente incompatível com o acompanhamento e a supervisão de crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pela Escola DUDA.

11.8.7. Caso a incompatibilidade seja constatada durante a fase de habilitação, a licitante será inabilitada exclusivamente no item correspondente, salvo se houver apresentado, dentro do prazo originalmente estabelecido para a entrega da documentação, outro profissional que cumpra integralmente os requisitos de formação, experiência, vínculo jurídico e antecedentes criminais previstos no Termo de Referência.

11.8.8. Durante a execução contratual, a empresa contratada deverá manter atualizadas as certidões de todos os profissionais responsáveis pelas oficinas, providenciando sua renovação, no mínimo, a cada 6 (seis) meses. Novas certidões também deverão ser apresentadas previamente sempre que houver inclusão ou substituição de integrante da equipe, sendo vedado o início de suas atividades antes da conferência da documentação pela Administração.

11.8.9. As certidões e os eventuais documentos complementares serão utilizados exclusivamente para a proteção das crianças e dos adolescentes atendidos e para a verificação da compatibilidade dos profissionais com as atribuições contratadas. A Administração e a empresa contratada deverão assegurar tratamento restrito e seguro dessas

informações, observando os princípios da finalidade, necessidade, segurança e prevenção estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.8.10. A exigência mostra-se pertinente e proporcional às particularidades da contratação, pois não estabelece impedimento genérico nem produz exclusão automática em razão da simples existência de apontamentos. Sua finalidade é permitir uma avaliação responsável dos profissionais que atuarão nas oficinas da Escola DUDA, conciliando a proteção prioritária do público infantojuvenil com a preservação da competitividade, da razoabilidade e dos direitos individuais dos profissionais avaliados.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

12.1. A empresa deverá fornecer além dos documentos exigidos para a habilitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes documentos:

12.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

12.2. Para o item 1 – Oficina de dança:

i) Diploma de curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

j) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como ballet, dança contemporânea, dança popular, danças urbanas, jazz, tango, dança circular, dança folclórica ou outras modalidades compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificada;

k) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades de dança previstas no respectivo item;

l) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

m)Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade;

n) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração;

DON. 006114

o) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

p) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

12.3. Para o item 2 – Oficina de arte circense:

j) Diploma de curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses a serem ministradas;

k) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, palhaçaria, práticas aéreas ou outras modalidades circenses compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificadas.

l) Curso de NR35, especialmente porque a oficina compreenderá atividades em tecido acrobático, o profissional responsável deverá comprovar experiência ou formação compatível com acrobacias aéreas e segurança na utilização de aparelhos circenses.

m)Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades circenses previstas no respectivo item.

n) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

o) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

p) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas

Doc: 006115

ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

q) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

r) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

12.4. Para o item 3 – Oficina de Ginástica Rítmica:

h) Diploma de curso superior em Educação Física, ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC

i) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a atividade com no mínimo 120 horas.

j) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

k) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

l) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

m)A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela

Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

n) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

13. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal;

13.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

13.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.0000

14. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. Os contratos referentes aos objetos destinados a Secretaria Municipal da Cultura, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelo servidor Dione Junior Helfer, que assumirá a função de fiscal dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

14.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto PR, 23 de setembro de 2026.

Dione Junior Helfer
Secretária Municipal da Cultura

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº ...../2026 em epígrafe que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura., em atendimento às Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Marca e Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.
A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

006118

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

006119

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/21.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº** ...../2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

BONI 000120

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na cidade de....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador do CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº ...../2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura.

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente

000121

Contrato, assim como ao Edital de **Pregão Eletrônico nº ...../2026**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº ...../2026**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R$.....(....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A contratada fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e

BON.
000122

a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a execução mensal do objeto, emissão e apresentação da referida nota fiscal, através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao Art. 92º,

000123

inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em 01(uma) via, devidamente regularizada nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento da mercadoria.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – As faturas deverão ser entregues e protocoladas na sede do CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de recurso livre do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.0000

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados não serão reajustados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pela Secretaria Municipal da Cultura.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação da Secretaria Municipal da Cultura;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

PARÁGRAFO QUARTO - Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações da Secretaria Municipal da Cultura, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme programação da Escola.

PARÁGRAFO SEXTO - As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e

horários definidos pela Secretaria Municipal da Cultura, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.

PARÁGRAFO OITAVO - O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.

PARÁGRAFO NONO - Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os profissionais deveram manter comunicação com o responsável indicado pela Secretaria Municipal da Cultura para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola e da Secretaria Municipal da Cultura, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A execução dos serviços deverá ser acompanhada e

006126

fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação, conforme a programação da Secretaria Municipal da Cultura e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas neste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

000127

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta)

dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

000129

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de

006130

2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

a) Os contratos referentes aos objetos destinados a Secretaria Municipal da Cultura, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelo servidor Dione Junior Helfer, que assumirá a função de fiscal dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

b) A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada

conforme Portaria n°302/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE

relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pela contratada na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da contratada a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, ... de ..... de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

....

PARECER JURÍDICO Nº 117/2026

Processo	*Processo Licitatório nº 194/2026 (Estudo Técnico Preliminar nº 085/2026)*
Quem pediu	*Secretaria Municipal da Cultura*
Assunto	*Contratação de empresa para aulas, oficinas, ensaios e apresentações de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA*
Valor estimado	*R$ 253.000,00, em 3 itens de 1.000 horas cada, por 12 meses*
Documentos analisados	*Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Tabela Comparativa de Valor e Minuta de Edital com seus anexos (proposta, declaração unificada e minuta de contrato)*

1. ANALISE PRELIMINAR

A licitação pode seguir, desde que o Município faça antes as correções listadas no item 5 deste parecer.

O planejamento está bem feito na maior parte: a necessidade está explicada, a escolha do pregão eletrônico está correta, a divisão em três itens favorece a disputa e a exigência de certidões de antecedentes criminais dos professores foi muito bem construída. Encontramos, porém, erros que precisam ser corrigidos antes da publicação do edital. Os mais importantes são estes:

- a numeração dos itens na lista de exigências técnicas não bate com a numeração da tabela de preços;
- a pesquisa de preços chama de "menor valor" algo que não é o menor valor encontrado e não explica o método usado;
- a minuta do contrato permite o reajuste anual em uma cláusula e proíbe em outra.

2. O QUE ESTE PARECER ANALISA

A lei de licitações (Lei nº 14.133/2021, art. 53) manda que a Procuradoria confira, antes da publicação, se o edital e os documentos que o acompanham estão de acordo com a lei. Nossa análise é **jurídica**. Não conferimos escolhas técnicas da Secretaria (como a carga horária ou a formação ideal de cada professor) nem cálculos contábeis. Essas escolhas são de responsabilidade de quem as fez e assinou. Quando uma escolha técnica cria risco jurídico, nós apontamos o risco e sugerimos o ajuste.

006134

3. O QUE A LEI EXIGE NESTA FASE E O QUE ENCONTRAMOS

O que a lei exige	Onde está no processo	Situação
Estudo Técnico Preliminar com necessidade, quantidades, valor, justificativa do parcelamento e conclusão (art. 18, § 2º)	ETP nº 085/2026	Atende
Termo de Referência com os elementos do art. 6º, XXIII	Termo de Referência de 23/09/2026	Atende, com correções (item 4.4)
Pesquisa de preços conforme o art. 23	Tabela Comparativa de Valor	Precisa de ajustes (item 4.3)
Indicação da dotação orçamentária (art. 150)	TR, item 13, e contrato	Indicada; falta a confirmação de saldo pela Contabilidade
Designação de fiscal e gestor (art. 117)	TR, item 14	Feita; ver recomendação (item 4.9)
Minuta de edital e de contrato (art. 25 e art. 92)	Minuta de edital e Anexo IV	Precisa de correções (itens 4.7 e 4.8)

4. ANÁLISE JURÍDICA

4.1. A necessidade e a solução escolhida

O ETP explica bem por que a Escola DUDA precisa desses profissionais, quem será atendido e de onde saiu a quantidade de horas: 20 horas por semana, 960 horas no ano, mais 40 horas para eventos, totalizando 1.000 horas por modalidade. O documento traz os cinco elementos que a lei considera obrigatórios. Não há levantamento de outras soluções de mercado, mas a lei permite essa ausência quando justificada. Sugerimos acrescentar uma frase explicando por que a contratação de empresa é a melhor opção para o Município.

Há um cuidado importante. O ETP afirma que a atividade é **contínua**. Se o quadro de cargos do Município tiver cargos efetivos com as mesmas funções (por exemplo, instrutor de dança ou de artes), a contratação de empresa para fazer o mesmo trabalho pode ser vista pelo Tribunal de Contas como substituição de servidores concursados, o que a Constituição não permite (art. 37, II). **Recomendamos que a Secretaria declare nos autos que não existem cargos efetivos com essas atribuições**, ou, se existirem, que explique por que não podem ser usados.

4.2. Pregão eletrônico e disputa por item

As aulas têm padrões de qualidade que podem ser descritos de forma objetiva no edital. Por isso são "serviços comuns" e a modalidade correta é o pregão (art. 6º, XIII e XLI). A disputa por item, com menor preço, também está correta: cada modalidade exige um profissional diferente, e separar os itens permite que mais empresas participem (art. 47, II).

006135

Sobre micro e pequenas empresas: a lei reserva exclusivamente a elas os itens de até R$ 80.000,00 (Lei Complementar nº 123/2006, art. 48, I). Como os três itens ficaram entre R$ 83.000,00 e R$ 85.000,00, a exclusividade não é obrigatória. As micro e pequenas empresas continuam com os benefícios de desempate e de prazo para regularizar documentos fiscais, já previstos no edital.

4.3. O preço estimado

O TR diz que o valor de R$ 253.000,00 foi apurado *"a partir do menor valor de orçamento"*, com base em orçamentos de empresas, Banco de Preços e licitações de outros municípios. Ao conferir a tabela, vimos que a coluna "menor valor" traz o menor preço **apenas entre os três orçamentos de empresas**. Ela não considera os preços públicos, que em alguns itens foram mais baixos:

Item	*Valor usado na estimativa*	*Menor preço da tabela*	*Mediana de todos os preços*
1 – Circense	*R$ 83,00*	*R$ 80,00 (Garibaldi)*	*R$ 85,00*
2 – Dança	*R$ 85,00*	*R$ 50,00 (Garibaldi)*	*R$ 85,00*
3 – Ginástica	*R$ 85,00*	*R$ 79,00 (Maripá)*	*R$ 86,00*

Isso não quer dizer que o valor esteja errado. Pela mediana, a estimativa está até um pouco abaixo do centro dos preços pesquisados, e valores muito fora da curva, como os R$ 50,00 de Garibaldi, podem ser descartados. O problema é que **o método não está explicado**, e a descrição do TR não corresponde ao que a tabela mostra. A lei manda buscar o melhor preço, usando de preferência preços de contratações públicas (art. 23, § 1º). Para corrigir, a Secretaria deve:

a) dizer qual critério usou (menor preço, média ou mediana) e aplicá-lo a todos os preços válidos;

b) explicar por que descartou preços muito altos ou muito baixos, se descartou;

c) juntar os pedidos de orçamento enviados às empresas, a justificativa da escolha dessas empresas e as datas dos orçamentos, que não podem ter mais de 6 meses na data de publicação do edital (art. 23, § 1º, IV);

d) juntar as atas e contratos usados como referência, mostrando que o serviço é parecido;

e) retirar da planilha a aba "Planilha1", que traz números de outra contratação, e preencher o nome do responsável pela cotação.

4.4. Exigências técnicas para empresas e professores

Numeração trocada (correção obrigatória). Na tabela de preços, o item 1 é Atividades Circenses, o item 2 é Dança e o item 3 é Ginástica. Na lista de exigências técnicas (TR, item 12; ETP, item 8; edital, habilitação), o "item 1" é Dança e o "item 2" é Arte Circense. Do jeito que está, uma empresa pode ser

006136

inabilitada, ou habilitada, com base na lista errada. É um motivo comum de impugnação e recurso. A numeração deve ser igual em todos os documentos.

Item 3 com texto copiado (correção obrigatória). Para Ginástica, o diploma exigido é de Educação Física *"ou outra formação diretamente relacionada às atividades de **dança**"*. O correto é "ginástica". O título desse bloco também fala só em "Ginástica Rítmica", enquanto o objeto é "ginástica rítmica e artística".

Registro de artista (DRT). Os itens de Dança e Circo exigem registro profissional de artista no Ministério do Trabalho. O serviço contratado é principalmente **ensino**, e esse registro está ligado à atuação como artista. A exigência, somada ao diploma, aos certificados e ao atestado de um ano, pode reduzir muito o número de concorrentes. A lei só permite exigir o que for indispensável (art. 67). **Recomendamos que a Secretaria justifique no ETP por que o DRT é necessário ou retire a exigência.** Chama a atenção, também, que o item 3 não exige DRT, o que enfraquece a justificativa para os outros dois.

Curso de NR-35 (trabalho em altura). A exigência é compreensível, porque haverá tecido acrobático. Mas o texto mistura duas coisas: pede o curso de NR-35 e, na mesma frase, pede "experiência ou formação compatível com acrobacias aéreas". É preciso deixar claro se o curso é obrigatório ou se pode ser substituído por outra comprovação.

Atestado da empresa. O edital pede atestado de serviços "compatíveis em características, quantidades e prazos", mas não diz qual quantidade é suficiente. A lei limita essa exigência a no máximo 50% do que será contratado (art. 67, § 2º). Sugerimos indicar o número mínimo de horas, até 500 horas por item, para evitar julgamentos subjetivos.

Atestado do professor de um ano de experiência. Está dentro do razoável. A lei admite, para serviços contínuos, exigir experiência de até três anos (art. 67, § 5º).

4.5. Certidões de antecedentes criminais

Esta parte está muito bem feita. A exigência tem base direta no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 59-A, incluído pela Lei nº 14.811/2024), que obriga quem trabalha com crianças e recebe recursos públicos a exigir e renovar essas certidões a cada seis meses.

O texto também evita exageros: um apontamento na certidão não elimina a empresa automaticamente, há direito de explicação, e os dados devem ser protegidos conforme a Lei Geral de Proteção de Dados.

Recomendamos apenas repetir, na minuta do contrato, a obrigação de renovar as certidões a cada seis meses e de apresentar certidões novas antes de qualquer troca de professor.

006137

4.6. Cuidados com a forma de execução

O contrato é com a empresa, não com os professores. Para evitar que o Município seja cobrado depois por direitos trabalhistas desses profissionais, as ordens do dia a dia devem ser passadas à empresa, e não diretamente aos professores como se fossem empregados do Município. **Recomendamos incluir no TR e no contrato a obrigação de a empresa indicar um preposto** (art. 118), que será a pessoa de contato da fiscalização.

4.7. Pontos do edital

- **Secretaria errada.** O preâmbulo diz que a licitação atende à "Secretaria Municipal de Educação", e o item 2.6 manda tirar dúvidas técnicas com a Educação. O correto é Secretaria Municipal da Cultura, com o telefone dela.
- **Balanço sem critério.** O edital pede balanço que comprove "boa situação financeira", mas não diz como isso será medido. A lei exige critérios objetivos, com índices definidos no edital e justificados no processo (art. 69). Ou se incluem os índices (por exemplo, liquidez geral maior que 1), ou se retira a expressão "boa situação financeira".
- **Restos de registro de preços.** Esta licitação não é registro de preços, mas as disposições finais do edital e a Declaração Unificada (Anexo III) falam em "Ata de Registro de Preços". Esses trechos devem ser trocados por "contrato".
- **Prazos de resposta diferentes.** Na parte de impugnações e esclarecimentos, um trecho fala em 2 dias úteis para responder esclarecimentos, e outro fala em 3. É bom uniformizar.
- **EIRELI.** Esse tipo de empresa não existe mais desde 2021. A menção pode ser retirada.

4.8. Minuta do contrato

- **Reajuste contraditório (correção obrigatória).** A Cláusula Terceira permite reajuste pelo IPCA após 12 meses, contados da data do orçamento. A Cláusula Quarta, parágrafo décimo, diz que os valores "não serão reajustados". A lei exige que o contrato preveja o índice de reajuste, qualquer que seja o prazo (art. 25, § 7º). Deve ficar só a regra da Cláusula Terceira.
- **Prazo de pagamento diferente.** O TR fala em 30 dias; o contrato, em 30 dias úteis. Deve prevalecer um só prazo.
- **Multas com referência errada.** As multas da Cláusula Sexta remetem às infrações da "Cláusula Nona", mas a Cláusula Nona trata da legislação aplicável. O certo é remeter ao Parágrafo Primeiro da própria Cláusula Sexta. A numeração pula do 1 para o 3. Além disso, a multa diária

006138

vai "até 15 dias", enquanto o texto seguinte fala em atraso superior a 60 dias. É preciso alinhar esses prazos.

- **Prorrogação "até concluir o objeto".** A Cláusula Oitava, parágrafo segundo, serve para contratos de obra ou entrega única (art. 111), não para aulas pagas por hora. Deve ser retirada ou adaptada. A mesma cláusula tem dois "parágrafos sextos".
- **Renovação por mais de um ano.** Se a Secretaria quiser manter as aulas nos anos seguintes sem nova licitação, o edital e o contrato precisam prever isso expressamente. Serviços contínuos podem ser prorrogados até 10 anos, desde que haja previsão e vantagem comprovada (arts. 106 e 107). Se a ideia for licitar de novo em 12 meses, basta manter como está.
- **Termos de compra de produtos.** Trechos como "recebimento da mercadoria" e "valores registrados" vieram de outros modelos e devem ser ajustados para prestação de serviços.

4.9. Fiscalização

O Secretário da Cultura elaborou o TR, assina o ETP e também foi indicado como fiscal do contrato. A lei pede que o Município evite colocar a mesma pessoa em funções que se controlam umas às outras (art. 7º, § 1º). Não é proibido, mas é mais seguro indicar como fiscal outro servidor da Secretaria. Se isso não for possível, a razão deve ficar registrada. Também sugerimos citar o regulamento municipal de licitações no lugar do Decreto Federal nº 11.246/2022, que se aplica à União. Por fim, o TR identifica o Secretário como "Secretária", o que deve ser corrigido.

4.10. Orçamento e publicação

A dotação está indicada. Antes da publicação, a Contabilidade deve confirmar nos autos que há saldo suficiente. O aviso do edital deve ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial, com prazo mínimo de 10 dias úteis entre a publicação e a sessão (arts. 54 e 55, II, "a").

5. O QUE FAZER ANTES DE PUBLICAR

5.1. Antes da publicação do edital, o processo precisa passar pelas correções abaixo.

A primeira e mais importante é igualar a numeração dos itens. No ETP, no Termo de Referência e no edital, a lista de exigências técnicas deve seguir a mesma ordem da tabela de preços: item 1, Atividades Circenses; item 2, Dança; item 3, Ginástica Rítmica e Artística. Nesses mesmos documentos, o texto do item 3 deve ser corrigido. Onde se lê "atividades de dança", deve constar "atividades de ginástica", e o título do bloco deve passar a mencionar "Ginástica Rítmica e Artística".

006139

Em seguida, a Secretaria deve completar a pesquisa de preços. No Termo de Referência, precisa dizer qual critério adotou para chegar ao valor estimado. Na Tabela Comparativa, deve explicar eventuais descartes e juntar aos autos os pedidos de orçamento, as datas e a justificativa da escolha das empresas consultadas.

Na minuta do contrato, é preciso excluir o parágrafo décimo da Cláusula Quarta, que proíbe o reajuste, para que prevaleça a regra da Cláusula Terceira. Na mesma minuta, as multas da Cláusula Sexta devem remeter às infrações do seu próprio Parágrafo Primeiro, e não à Cláusula Nona. O prazo da multa diária também deve ser alinhado com o prazo que autoriza a extinção do contrato.

No edital, três ajustes são necessários:

- substituir "Secretaria Municipal de Educação" por "Secretaria Municipal da Cultura", inclusive no telefone indicado para dúvidas técnicas;
- definir índices objetivos para a análise do balanço ou retirar a expressão "boa situação financeira";
- retirar as menções a "Ata de Registro de Preços", tanto no texto do edital quanto na Declaração Unificada (Anexo III).

Por fim, a Contabilidade deve confirmar nos autos que há saldo suficiente na dotação indicada.

Além dessas correções, recomendamos outras medidas. Elas não impedem a publicação, mas deixam o processo mais seguro:

- justificar a exigência do registro de artista (DRT) ou retirá-la;
- deixar claro se o curso de NR-35 é obrigatório;
- fixar a quantidade mínima de horas do atestado da empresa;
- declarar que não existem cargos efetivos com as mesmas funções;
- incluir a obrigação de a empresa indicar um preposto;
- repetir no contrato a renovação semestral das certidões de antecedentes criminais;
- decidir se o contrato poderá ser prorrogado;
- uniformizar os prazos de pagamento e de resposta a esclarecimentos;
- avaliar a indicação de outro servidor como fiscal do contrato.

006149

6. CONCLUSÃO

A Procuradoria Jurídica entende que a contratação é **juridicamente possível** e pode seguir por pregão eletrônico, com disputa por item, **desde que sejam feitas as correções da tabela do item 5.** Feitas as correções, não é necessário devolver o processo para novo parecer, bastando que o setor de licitações confira os ajustes. Se a Secretaria optar por mudanças que alterem as exigências de habilitação ou o valor estimado, o processo deve voltar para análise.

É o parecer, que tem caráter opinativo e não vincula a decisão da autoridade competente.

Planalto/PR, 30 de setembro de 2026.

PATRIQUE MATTOS DREY

PATRIQUE MATTOS DREY
Procurador Jurídico do Município de Planalto
OAB/PR 40.209

000141

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto – PR, 30 de setembro de 2026.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

Secretaria/Setor: Secretaria Municipal da Educação e Gabinete.

Responsável pela Solicitação: Marli Salete Dieckel de Lima e Amauri Machado de Mello.

Email: educacao@planalto.pr.gov.br.

JUSTIFICATIVA DA DEMANDA:

A Secretaria Municipal da Educação, por meio de suas unidades escolares e dos programas educacionais a ela vinculados, vem solicitar a adoção das providências administrativas necessárias para a contratação de empresa especializada para fornecimento de profissionais qualificados. Os serviços compreendem a realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, destinados ao atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos matriculados na rede municipal de ensino, conforme programação estabelecida pela Secretaria Municipal da Educação.

A presente solicitação decorre da necessidade de garantir a continuidade e a adequada execução das atividades pedagógicas e artístico-culturais complementares desenvolvidas no âmbito da rede municipal de ensino. Tais atividades proporcionam aos estudantes acesso regular a ações de formação integral, expressão artística, desenvolvimento corporal e psicomotor, aperfeiçoamento técnico, convivência e integração social. Constituem importante instrumento de fortalecimento do processo educativo, de estímulo à permanência escolar e de participação da comunidade escolar, sendo necessária a disponibilização de profissionais com formação e conhecimentos específicos para a condução das diferentes modalidades ofertadas.

Nesse sentido, faz-se necessária a contratação de profissionais devidamente qualificados para atuação nas áreas de atividades circenses.

Pretende-se contar com profissional apto a ministrar aulas, oficinas e apresentações, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico. O profissional deverá possuir curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses.

Os serviços deverão ser executados de acordo com a programação da Secretaria Municipal da Educação, observando a carga horária estabelecida, o calendário escolar, o cronograma das atividades, a disponibilidade dos espaços destinados à realização das aulas e oficinas e as necessidades dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas unidades de ensino. A atuação dos profissionais poderá compreender, além das aulas regulares, a preparação e realização de

Marli Boni

006142

ensaios, apresentações, oficinas, atividades práticas e acompanhamento técnico dos participantes, sempre que previsto na programação.

A carga horária destinada à Secretaria Municipal da Educação foi estabelecida em 700 (setecentas) horas no período contratual, abrangendo as aulas regulares, bem como o atendimento de eventos, apresentações, mostras pedagógicas e demais atividades que, eventualmente, demandem carga horária superior à jornada regular, conforme a programação e a necessidade da Secretaria Municipal da Educação.

Diante do exposto, solicita-se o prosseguimento das providências necessárias à instrução e formalização da contratação, incluindo a realização da pesquisa de preços, elaboração dos documentos preparatórios, definição do procedimento de contratação cabível, verificação da disponibilidade orçamentária e demais atos pertinentes, em conformidade com a legislação vigente e a regulamentação municipal aplicável.

A Secretaria Municipal da Educação realizou um levantamento para estimar o valor a ser gasto na referida contratação, sendo este apresentado abaixo na tabela de valor.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, para atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos culturais, conforme programação da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses. Seguem as especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	UN	OBJETO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga	700	R$ 83,00	R$58.100,00

006143

		horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
				VALOR TOTAL:	**R$58.100,00**

Amauri Machado De Mello
Chefe de Gabinete

Marli Salete Dieckel de Lima
Secretário Municipal da Educação

Autorizo a abertura do processo:

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

006144

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal da Cultura;
1.2. Secretaria Municipal da Educação.

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, para atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

3. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Dione Junior Helfer;
3.2. Marli Salete Dieckel de Lima.

4. JUSTIFICATIVA:

4.1. A Secretaria Municipal da Cultura, por meio da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, e a Secretaria Municipal da Educação, por meio de suas unidades escolares e programas educacionais, vêm solicitar a adoção das providências administrativas necessárias para a contratação de empresa especializada para fornecimento de profissionais qualificados. Os serviços compreendem aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, destinados a crianças, jovens, adolescentes e adultos, conforme a programação estabelecida por cada Secretaria.
4.2. A solicitação decorre da necessidade de garantir a continuidade e a adequada execução das atividades artístico-culturais da Escola DUDA, proporcionando aos participantes acesso regular a ações de formação, expressão artística, desenvolvimento corporal, aperfeiçoamento técnico, convivência e integração social. Decorre também da necessidade de a Secretaria Municipal da Educação atender à demanda de suas unidades escolares pelas atividades circenses, que contribuem para a formação integral dos estudantes, o desenvolvimento corporal e psicomotor, o estímulo à permanência escolar e a participação da comunidade escolar.
4.3. Nesse sentido, faz-se necessária a contratação de profissionais devidamente qualificados para atuação nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística.
4.4. Para as atividades circenses, pretende-se contar com profissional apto a ministrar aulas, oficinas e apresentações, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio,

000145

acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico. O profissional deverá possuir curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses.

4.5. Para as atividades de dança, faz-se necessária a contratação de profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com formação compatível com a área de atuação, especialmente curso superior em Dança, Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança.

4.6. Para as atividades de ginástica rítmica e artística, será necessária a contratação de profissional qualificado para ministrar aulas e desenvolver atividades destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com graduação em Educação Física e cursos específicos ou formação compatível com as respectivas modalidades.

4.7. Os serviços deverão ser executados de acordo com a programação de cada Secretaria, observando a carga horária estabelecida, o cronograma das atividades, o calendário escolar, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos culturais e pedagógicos. A atuação dos profissionais poderá compreender, além das aulas regulares, a preparação e realização de ensaios, apresentações, mostras pedagógicas, oficinas, atividades práticas e acompanhamento técnico dos participantes, sempre que previsto na programação.

4.8. A carga horária de cada modalidade foi estabelecida em 20 (vinte) horas semanais, correspondendo a 80 (oitenta) horas mensais, o que resulta em 960 (novecentas e sessenta) horas ao longo dos 12 (doze) meses de execução do contrato. A esse quantitativo foram acrescidas 40 (quarenta) horas por modalidade, destinadas ao atendimento de eventos, apresentações e demais atividades que demandem carga horária superior à jornada regular, totalizando 1.000 (mil) horas por modalidade, conforme a programação e a necessidade da Secretaria Municipal da Cultura.

4.9. Especificamente quanto ao Item 1 (atividades circenses), a quantidade foi acrescida de 700 (setecentas) horas para atender à Secretaria Municipal da Educação, totalizando 1.700 (mil e setecentas) horas no período contratual, sendo 1.000 (mil) horas destinadas à Secretaria Municipal da Cultura e 700 (setecentas) horas à Secretaria Municipal da Educação. O acréscimo justifica-se pela demanda das unidades escolares da rede municipal por aulas regulares, oficinas, ensaios e apresentações na modalidade, que não poderia ser absorvida pela carga horária já prevista para a Cultura sem prejuízo da regularidade e da qualidade das atividades, nem do número de participantes atendidos. As horas destinadas à Educação serão executadas conforme a programação por ela estabelecida, observado o calendário escolar.

4.10. Diante do exposto, solicita-se o prosseguimento das providências necessárias à instrução e formalização da contratação, incluindo a realização da pesquisa de preços, elaboração dos documentos preparatórios, definição do procedimento de contratação cabível, verificação da disponibilidade orçamentária de ambas as Secretarias e demais atos pertinentes, em conformidade com a legislação vigente e a regulamentação municipal aplicável.

0001146

5. VALOR:

5.1. O valor total estimado é de **R$ 311.100,00 (Trezentos e onze mil e cem reais)**

5.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e licitações similares de outros órgãos;

5.3. Responsável pela cotação: Luiz Eduardo Libardi.

6. OBJETOS:

ITEM	CATSER	UN	OBJETO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos	1700	R$ 83,00	R$141.100,00

006147

			participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
02	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	1000	R$ 85,00	R$85.000,00
03	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas de ginástica rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme	1000	R$ 85,00	R$85.000,00

006148

			programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
VALOR TOTAL:						**R$311.100,00**

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

7. CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pela Secretaria Municipal da Cultura.

7.2. A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

7.3. Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

7.4. Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações das Secretarias Municipal da Cultura e Educação, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

7.5. A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme programação da Escola.

7.6. As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e horários definidos pela Secretaria Municipal da Educação, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.

7.7. A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.

7.8. O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.

006149

7.9. Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

7.10. Os profissionais deveram manter comunicação com o responsável indicado pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.

7.11. A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.

7.12. Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.

7.13. Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.

7.14. A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola e das Secretarias Municipal da Cultura e Educação, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.

7.15. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.

7.16. A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação, conforme a programação das Secretarias Municipal da Cultura e da Educação, e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.17. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

7.18. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos;

006150

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
8.3. Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
8.4. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9. OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(O):

9.1. O(A) Contratado(a) deve cumprir, todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos, em sua proposta e nas cláusulas contratuais, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços;
9.2. Prestar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na solicitação emitida pela Secretaria solicitante, acompanhado da respectiva nota fiscal;
9.3. Responsabilizar-se pelo próprio deslocamento, alimentação e hospedagem, quando aplicável, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas e demais tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
9.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito(a);
9.6. Apresentar documentos referentes à prestação dos serviços, sempre que solicitado.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

10.1. A presente aquisição será dividida em itens, não havendo a necessidade de agrupamento. Justifica-se o PARCELAMENTO, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, além de ser técnica e economicamente viável, favorecendo assim o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

11. MODALIDADE E JUSTIFICATIVA:

11.1. Conforme art. 28 da Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação:
I-Pregão;
II-Concorrência;

000151

III-Concurso;
IV-Leilão;
V - Diálogo competitivo.

11.2. Na mesma Lei, art. 6º, inciso XLI, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

11.3. A contratação objeto deste Termo de Referência enquadra-se na categoria de serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Para esta contratação será utilizada a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM e modo de disputa ABERTO.

11.5. A adoção do critério de julgamento por item está em conformidade com a regra geral do parcelamento do objeto, prevista nos arts. 40, § 2º, inciso I, e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, segundo os quais a Administração deve, sempre que técnica e economicamente viável, dividir o objeto em parcelas menores, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação do maior número possível de licitantes.

11.6. Dessa forma, o julgamento por item permite que cada modalidade seja disputada de forma independente, possibilitando a apresentação de propostas por licitantes especializados em cada área, sem prejuízo da possibilidade de um mesmo licitante apresentar proposta para mais de um item, caso reúna as qualificações exigidas para tanto.

11.7. Assim, a adoção do MENOR PREÇO POR ITEM busca assegurar maior competitividade, economicidade e aderência às exigências técnicas específicas de cada modalidade, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

11.8. JUSTIFICATIVA DA APRESENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS:

11.8.1. Os serviços objeto da contratação compreendem a realização de oficinas e atividades de formação artística e cultural na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, cujo atendimento é direcionado prioritariamente a crianças e adolescentes com idade entre 4 (quatro) e 16 (dezesseis) anos. Em razão das características das atividades, os profissionais responsáveis permanecerão junto aos participantes durante as aulas, orientando, acompanhando e supervisionando o desenvolvimento das práticas propostas.

11.8.2. Nesse contexto, a apresentação das certidões de antecedentes criminais dos profissionais indicados para a execução de todos os itens constitui medida preventiva destinada a fortalecer a segurança do público infantojuvenil atendido e a concretizar os

006152

deveres de proteção integral e prioridade absoluta assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

11.8.3. A exigência encontra fundamento específico no artigo 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, incluído pela Lei nº 14.811/2024, que determina às instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e recebam recursos públicos a exigência e a manutenção das certidões de antecedentes criminais de seus colaboradores, com atualização a cada 6 (seis) meses. Encontra respaldo, ainda, no artigo 67, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que admite, para fins de qualificação técnica, a comprovação do atendimento a requisitos previstos em legislação especial.

11.8.4. As certidões deverão ser apresentadas individualmente para cada profissional indicado pela licitante. Caso o mesmo profissional seja responsável pela execução de mais de um item, poderão ser utilizadas as mesmas certidões, desde que estejam atualizadas e acompanhadas de documento que identifique expressamente todos os itens nos quais ocorrerá sua atuação.

11.8.5. A existência de registro, anotação ou apontamento nas certidões não ocasionará, por si só, a recusa do profissional ou a inabilitação da licitante. Quando necessário, a Administração poderá promover diligência para esclarecer o conteúdo da informação e deverá realizar avaliação individualizada, fundamentada e proporcional, considerando a natureza e a gravidade da ocorrência, sua situação jurídica, a relação com as atribuições a serem desempenhadas e os riscos associados à atuação junto ao público infantojuvenil, preservando-se a presunção de inocência e o caráter não discriminatório da análise.

11.8.6. Antes da adoção de decisão desfavorável, deverá ser assegurada à licitante a oportunidade de apresentar esclarecimentos e documentos complementares relacionados ao apontamento identificado. Somente será recusado o profissional quando ficar demonstrada, por decisão administrativa devidamente motivada, a existência de condenação criminal transitada em julgado ou de restrição judicial vigente efetivamente incompatível com o acompanhamento e a supervisão de crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pela Escola DUDA.

11.8.7. Caso a incompatibilidade seja constatada durante a fase de habilitação, a licitante será inabilitada exclusivamente no item correspondente, salvo se houver apresentado, dentro do prazo originalmente estabelecido para a entrega da documentação, outro profissional que cumpra integralmente os requisitos de formação, experiência, vínculo jurídico e antecedentes criminais previstos no Termo de Referência.

11.8.8. Durante a execução contratual, a empresa contratada deverá manter atualizadas as certidões de todos os profissionais responsáveis pelas oficinas, providenciando sua renovação, no mínimo, a cada 6 (seis) meses. Novas certidões também deverão ser apresentadas previamente sempre que houver inclusão ou substituição de integrante da

Marl. Boni

006153

equipe, sendo vedado o início de suas atividades antes da conferência da documentação pela Administração.

11.8.9. As certidões e os eventuais documentos complementares serão utilizados exclusivamente para a proteção das crianças e dos adolescentes atendidos e para a verificação da compatibilidade dos profissionais com as atribuições contratadas. A Administração e a empresa contratada deverão assegurar tratamento restrito e seguro dessas informações, observando os princípios da finalidade, necessidade, segurança e prevenção estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.8.10. A exigência mostra-se pertinente e proporcional às particularidades da contratação, pois não estabelece impedimento genérico nem produz exclusão automática em razão da simples existência de apontamentos. Sua finalidade é permitir uma avaliação responsável dos profissionais que atuarão nas oficinas da Escola DUDA, conciliando a proteção prioritária do público infantojuvenil com a preservação da competitividade, da razoabilidade e dos direitos individuais dos profissionais avaliados.

11.9. JUSTIFICATIVA DA APRESENTAÇÃO REGISTRO DE ARTISTA PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (DRT):

11.9.1. A ausência de exigência de registro profissional de artista, usualmente denominado DRT, para a Oficina de Ginástica Rítmica, item 3, justifica-se pela natureza da atividade contratada e pela qualificação profissional estabelecida para sua execução. Nesse item, a contratação destina-se ao ensino e à prática orientada da modalidade ginástica, mediante atuação de profissional formado em Educação Física, com capacitação específica e experiência compatível com as atividades propostas.

11.9.2. A graduação em Educação Física possui fundamentos próprios para o estudo e a orientação do movimento humano. Conforme os artigos 3º e 6º da Resolução CNE/CES nº 6/2018, essa formação abrange a ginástica e conhecimentos relacionados à fisiologia do exercício, biomecânica, aprendizagem e controle motor. Esses conhecimentos fundamentam o planejamento e a condução das práticas corporais, considerando as características e as necessidades dos participantes.

11.9.3. Além da graduação em Educação Física, o profissional indicado deverá apresentar certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) à ginástica rítmica, com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas, conforme previsto no descritivo técnico. Essa exigência complementa a formação acadêmica e comprova a capacitação específica para o desenvolvimento da modalidade, somando-se à comprovação de experiência exigida para a execução dos serviços.

11.9.4. O registro de artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego possui finalidade distinta, vinculada ao exercício das profissões artísticas abrangidas pelos artigos 2º e 6º da Lei nº 6.533/1978. A DRT constitui registro profissional artístico, enquanto a graduação em

000154

Educação Física e os cursos complementares constituem comprovações de formação e capacitação relacionadas ao perfil definido para a oficina de ginástica rítmica. A utilização de música, expressão corporal e elementos coreográficos nessa modalidade não caracteriza, isoladamente, a atuação do instrutor como artista profissional.

11.9.5. Diante desse enquadramento, entende-se que a exigência de DRT prevista para os perfis artísticos das oficinas de dança e arte circense não deve ser automaticamente estendida à ginástica rítmica. Para este item, a qualificação deve ser demonstrada pela formação em Educação Física, pela capacitação complementar e pela experiência compatível, observada a habilitação profissional legalmente aplicável. A diferenciação acompanha as atribuições de cada oficina e encontra respaldo no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a comprovação dos requisitos profissionais pertinentes ao objeto e à legislação correspondente.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

12.1. A empresa deverá fornecer além dos documentos exigidos para a habilitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes documentos:

12.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado, serviços, prazos, características e quantidades com no mínimo de 50% do que será contratado com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

12.2. Para o item 1 – Oficina de arte circense:

a) Diploma de curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses a serem ministradas;

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, palhaçaria, práticas aéreas ou outras modalidades circenses compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificadas.

c) Curso de NR35, especialmente porque a oficina compreenderá atividades em tecido acrobático.

d) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades circenses previstas no respectivo item.

e) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

f) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e

006155

cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

g) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

h) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

i) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

12.3. Para o item 2– Oficina de dança:

a) Diploma de curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como ballet, dança contemporânea, dança popular, danças urbanas, jazz, tango, dança circular, dança folclórica ou outras modalidades compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificada;

c) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades de dança previstas no respectivo item;

d) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

006156

e) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade;

f) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração;

g) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

h) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

12.4. Para o item 3 – Oficina de Ginástica Rítmica:

a) Diploma de curso superior em Educação Física, ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a atividade com no mínimo 120 horas.

c) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

d) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional

006157

indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

e) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

f) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

g) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

13. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal;

13.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

13.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.00000
01320	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000

006158

14. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. Os contratos referentes aos objetos destinados as Secretarias Municipal da Educação e Cultura, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelos servidores Marli Salete Dieckel de Lima e Dione Junior Helfer, que assumirá a função de fiscal dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

14.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto PR, 30 de setembro de 2026.

Dione Junior Helfer
Secretária Municipal da Cultura

Marli Salete Dieckel de Lima
Secretária Municipal da Educação

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto PR, 30 de setembro de 2026.

DE: Secretaria de Finanças – Contador

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção à solicitação objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico, para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, expedido por Vossa Excelência na data de 23/09/2026, com fulcro nos artigos 212 e 216, § 6º da Constituição Federal de 1988, vimos por meio deste informar que a despesa decorrente do referido processo, observadas as características e demais condições, especificações, valores e quantidades, definidas no edital e seus anexos, não comprometem os recursos mínimos destinados à saúde e à educação, conforme pedido exarado pelo secretário municipal, Dione Junior Helfer, e pela secretária, Marli Salete Dieckel de Lima, no valor total de **R$ 311.100,00 (Trezentos e onze mil e cem reais).** Sendo que o pagamento será efetuado através das Dotações Orçamentárias:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.00000
01320	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000

Cordialmente,

JONES ROBERTO KINNER
CONTADOR - C.I. RG Nº 3.654.820-7 – PR

ENSON ELEMAR SCHABO
Secretário de Finanças

006160

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 30/09/2026

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Liquido empenhado	Saldo atual
07 Secretaria de Educação					**1.000.000,00**	**1.450.000,00**	**1.199.794,13**	**250.205,87**
121 Departamento de Ensino					**1.000.000,00**	**1.450.000,00**	**1.199.794,13**	**250.205,87**
12.361.1201.2036 Manutenção do Ensino Fundamental					**1.000.000,00**	**1.450.000,00**	**1.199.794,13**	**250.205,87**
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
01320	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	800.000,00	1.000.000,00	876.550,25	123.449,75
01330	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	150.000,00	270.000,00	264.136,98	5.863,02
01340	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00	130.000,00	59.106,90	70.893,10
01341	E	01978	0101/02/01/00/00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI - máximo de 30% estabel	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
				Total Geral	**1.000.000,00**	**1.450.000,00**	**1.199.794,13**	**250.205,87**

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 30/09/2026
Orgão entre: 07 e 07
Tipo: 2
Ordem: 036
Natureza de despesa entre: 3.3.90.39.00.00 e 3.3.90.39.00.00

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Planalto - PR, 01 de outubro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni

PARA: Pregoeira/Comissão de Licitações

Considerando as informações e pareceres contidos no presente Processo, **Autorizo** a Licitação sob a Modalidade ***PREGÃO, na forma ELETRÔNICO***, ***pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM***, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

À Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria 485/2026.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitações para as providências necessárias.

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

006152

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 41/2026
Execução da Contratação: 987775 - 6/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 194/2026
DATA DA REALIZAÇÃO: 19/10/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Planalto– Paraná
https://www.gov.br/compras/pt-br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.460.526/0001-16, através da Secretaria de Administração, sediado à Praça São Francisco de Assis n° 1583 – centro – Planalto - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Luiz Carlos Boni, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, objetivando a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

19 de outubro de 2026 às 09h00min

UASG: 987775 – MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
Local da Sessão Pública: https://www.gov.br/compras/pt-br v

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

É Pregoeira deste Município, na qualidade de Agente de Contratação, a servidora Fernanda Scherer Marzec, auxiliadas pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados pela Portaria nº 485/2026 de 02 de setembro 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n° 3609 de 03 de setembro de 2026.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa

de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **https://www.gov.br/compras/pt-br**.

1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 19 de outubro de 2026 às 09h00min, no site https://www.gov.br/compras/pt-br nos termos das condições descritas neste Edital.

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO** a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.**

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **https://www.gov.br/compras/pt-br re www.planalto.pr.gov.br/licitacoes/.**

2.3 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATSER) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3555-8100/ 35558121 ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Cultura, telefone nº (46) 3555 – 2073, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

3.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo a hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), serão desclassificadas.

30 21
006184

3.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 As impugnações ao Edital serão protocoladas em campo específico no sítio eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, e deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro(a), responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo que este poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.1.3 O pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.1.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO e sua divulgação se dará na mesma forma de sua divulgação inicial.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.2.1 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, em campo específico no sítio eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, o deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.2.2 O pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão empresas interessadas que sejam especializadas e credenciadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.1 Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 Conforme o artigo 4 da Lei nº14.133 de 2021, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.4 Será vedada a participação de empresas:

5.4.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, e/ou impossibilitados de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma da legislação vigente, e aquelas declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública; pessoas físicas ou jurídicas que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item "a", enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

5.4.2 que não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

5.4.3 as pessoas físicas e jurídicas enquadradas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de

BON, 000166

2021;

5.4.4 que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

5.4.5 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

6 DO CREDENCIAMENTO

6.3 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.4 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.6 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

7.2.1 Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.3 O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema e o preço ofertado.

7.10 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Planalto.

7.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.13 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data

e na hora indicadas no preambulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e da seguinte forma:

8.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrera sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 8.9.

8.9 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

BON
000170

8.9.1 Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
8.9.2 Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

8.10 Será o considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

8.11 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razoes para a previa desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 8.9.

8.12 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.13 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.14 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.15 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
8.15.1 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
8.16.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.17 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
8.17.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não retira da licitante a responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.18 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R$ 0,01 (um centavo de real).**

8.19 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por ITEM.

8.20 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.20.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.21 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

9 DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1 O Pregoeiro solicitará a licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2 O prazo para envio da proposta e de, no máximo, 02 (duas) horas úteis a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados (quando for objeto), antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

9.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 9.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

9.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á as sanções previstas

BONI
000172

neste edital.

9.1.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.2 A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotes vencidos, marca,/modelo (quando for o caso), quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste edital.

9.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.4 A proposta será desclassificada quando:

a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.4.1 O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "c" acima.

9.5 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto a compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão o ser superiores aos valores estimados constantes na tabela do Anexo I.

9.5.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta.

9.5.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, podendo abranger o Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação a aqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação as empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 7.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

10.4. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.4.1.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.4.2.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.4.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

006174

10.4.2.3. O balanço patrimonial exigido será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
10.4.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
10.4.2.5. A proponente que é Microempreendedor Individual deverá apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional - DASN SIMEI.

10.4.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:
10.4.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**
10.4.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
10.4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
10.4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
10.4.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
10.4.3.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
10.4.3.4.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**
10.4.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
10.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.
10.4.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.
10.4.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

Bon. 000175

10.4.7. Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.

10.4.8. Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 8.5.3, "a".

10.4.9. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**

10.4.9.1. Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO III)**;

10.4.9.2. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado, serviços, prazos, características e quantidades com no mínimo de 50% do que será contratado com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

10.4.9.3. Para o item 1 – Oficina de arte circense:

a) Diploma de curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses a serem ministradas;

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, palhaçaria, práticas aéreas ou outras modalidades circenses compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificadas.

c) Curso de NR35, especialmente porque a oficina compreenderá atividades em tecido acrobático.

d) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades circenses previstas no respectivo item.

e) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

f) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

g) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou

ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

h) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

i) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Edital. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

10.4.9.4. Para o item 2 – Oficina de dança:

a) Diploma de curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como ballet, dança contemporânea, dança popular, danças urbanas, jazz, tango, dança circular, dança folclórica ou outras modalidades compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificada;

c) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades de dança previstas no respectivo item;

d) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

e) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade;

f) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas

000177

ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração;

g) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

h) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Edital. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

10.4.9.5 Para o item 3 – Oficina de Ginástica Rítmica:

a) Diploma de curso superior em Educação Física, ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a atividade com no mínimo 120 horas.

c) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

d) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

e) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

f) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela

000178

Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.
g) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Edital. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

10.5. O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Planalto (DESDE QUE VÁLIDO) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 10.5.1 a 10.5.3, para a documentação por ele abrangida.
10.5.1. Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pela Pregoeira.
10.5.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.5.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
10.5.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
10.5.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

10.6. Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:
10.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
10.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.
10.7.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.
10.7.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto – PR CEP:85.750-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

006179

10.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital

10.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1 A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

11.2 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3 Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4 Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
III - Em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

11.6 A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7 Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8 A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua

BON, 006130

integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

11.9 Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.10 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

11.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12 DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende as exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13 DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante.

13.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
13.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.6 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.planalto.pr.gov.br/ .

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

15.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2 A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

16 CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO

16.1 O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação.

16.2 A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

16.3 Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

16.4 Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações das Secretarias Municipal da

006133

Cultura e Educação, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

16.5 A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme programação da Escola.

16.6 As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e horários definidos pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.

16.7 A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.

16.8 O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.

16.9 Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

16.10 Os profissionais deveram manter comunicação com o responsável indicado pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação, para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.

16.11 A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.

16.12 Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.

16.13 Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.

16.14 A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola e das secretarias, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.

16.15 A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.

16.16 A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação, conforme a programação das Secretarias Municipal da Cultura e Educação, e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas neste Edital.

16.17 A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

16.18 A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

17 DAS OBRIGAÇÕES

17.1 São Obrigações da CONTRATANTE:

17.1.1 Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos;
17.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
17.1.3 Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
17.1.4 Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

17.2 São Obrigações da CONTRATADA:

17.2.1 O(A) Contratado(a) deve cumprir, todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos, em sua proposta e nas cláusulas contratuais, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços;
17.2.2 Prestar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na solicitação emitida pelas Secretarias solicitante, acompanhado da respectiva nota fiscal;
17.2.3 Responsabilizar-se pelo próprio deslocamento, alimentação e hospedagem, quando aplicável, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas e demais tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Edital;
17.2.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
17.2.5 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a

terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito(a);

17.2.6 Apresentar documentos referentes à prestação dos serviços, sempre que solicitado.

17.3 A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a execução mensal do objeto, emissão e apresentação da referida nota fiscal.

18.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

18.3 Quaisquer erros ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

18.4 Valor máximo estimado da licitação é de **R$ 311.100,00 (Trezentos e onze mil e cem reais).**

18.5 Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.0000
01320	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000

18.6 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

19 DO REAJUSTE

19.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

19.1.1 Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

BONI
006186

19.1.2 Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

19.2 Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.
19.3 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.4 A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.5 Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.6 Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

19.7 O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.8 A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

19.9 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

19.10 Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.11 O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

006187

19.12 O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

20 CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1 As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO CONTRATUAL**, cuja minuta consta como **Anexo IV** deste Edital.

20.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura do Instrumento Contratual.

20.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Instrumento Contratual, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

20.4 A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

20.5 Para assinatura do Instrumento Contratual, esta deverá ser realizada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurados), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

21 DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 20.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

21.2 As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas as sanções referidas no item 21.1.

21.3 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa a inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.4 Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

21.5 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a

obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.6 Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.7 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9 Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10 Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

21.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.12 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados

Boni
006190

como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

21.14 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.15 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

21.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1 Fica assegurado ao Município de Planalto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Planalto - PR.

23 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24 DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

24.1 O Município de Planalto realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

24.2 O Município de Planalto fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.2.1 As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

24.2.2 As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

24.2.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

006192

24.3 A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

25 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

25.1 Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

25.2 A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa -lá sempre que for necessário.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico **www.diariomunicipal.com.br/amp/**, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.planalto.pr.gov.br/.**

26.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

26.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

26.5 Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos objetos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

26.6 A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

26.7 As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as

operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

26.8 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

26.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Planalto, exceto quando explicitamente disposto em contrário, espeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.11 Fica assegurado à Município Planalto o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos do art. 71, da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.12 A anulação do procedimento licitatório induz a da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, ressalvado o disposto no Art. 148, da Lei n°14.133, de 2021.

26.13 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Planalto.

26.14 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.15 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

26.16 A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

26.17 A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Planalto, quanto do emissor.

26.18 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
26.19 Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

26.20 Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

26.21 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

26.22 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.23 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.24 EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

26.25 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema - PR.

26.26 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.27 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Minuta de Contrato.

Planalto – PR, 01 de outubro de 2026.

.....

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

Boni

006195

EDITAL DE PREGÃO Nº 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal da Cultura
1.2. Secretaria Municipal da Educação.

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, para atendimento de crianças, jovens, adolescentes e adultos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

3. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Dione Junior Helfer
3.2. Marli Salete Dieckel de Lima

4. JUSTIFICATIVA:

4.1. A Secretaria Municipal da Cultura, por meio da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, e a Secretaria Municipal da Educação, por meio de suas unidades escolares e programas educacionais, vêm solicitar a adoção das providências administrativas necessárias para a contratação de empresa especializada para fornecimento de profissionais qualificados. Os serviços compreendem aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, destinados a crianças, jovens, adolescentes e adultos, conforme a programação estabelecida por cada Secretaria.

4.2. A solicitação decorre da necessidade de garantir a continuidade e a adequada execução das atividades artístico-culturais da Escola DUDA, proporcionando aos participantes acesso regular a ações de formação, expressão artística, desenvolvimento corporal, aperfeiçoamento técnico, convivência e integração social. Decorre também da necessidade de a Secretaria Municipal da Educação atender à demanda de suas unidades escolares pelas atividades circenses, que contribuem para a formação integral dos estudantes, o desenvolvimento corporal e psicomotor, o estímulo à permanência escolar e a participação da comunidade escolar.

4.3. Nesse sentido, faz-se necessária a contratação de profissionais devidamente qualificados para atuação nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística.

4.4. Para as atividades circenses, pretende-se contar com profissional apto a ministrar aulas, oficinas e apresentações, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico. O profissional deverá possuir curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses.

4.5. Para as atividades de dança, faz-se necessária a contratação de profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com formação compatível com a área de atuação, especialmente curso superior em Dança, Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança.

4.6. Para as atividades de ginástica rítmica e artística, será necessária a contratação de profissional qualificado para ministrar aulas e desenvolver atividades destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com graduação em Educação Física e cursos específicos ou formação compatível com as respectivas modalidades.

4.7. Os serviços deverão ser executados de acordo com a programação de cada Secretaria, observando a carga horária estabelecida, o cronograma das atividades, o calendário escolar, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos culturais e pedagógicos. A atuação dos profissionais poderá compreender, além das aulas regulares, a preparação e realização de ensaios, apresentações, mostras pedagógicas, oficinas, atividades práticas e acompanhamento técnico dos participantes, sempre que previsto na programação.

4.8. A carga horária de cada modalidade foi estabelecida em 20 (vinte) horas semanais, correspondendo a 80 (oitenta) horas mensais, o que resulta em 960 (novecentas e sessenta) horas ao longo dos 12 (doze) meses de execução do contrato. A esse quantitativo foram acrescidas 40 (quarenta) horas por modalidade, destinadas ao atendimento de eventos, apresentações e demais atividades que demandem carga horária superior à jornada regular, totalizando 1.000 (mil) horas por modalidade, conforme a programação e a necessidade da Secretaria Municipal da Cultura.

4.9. Especificamente quanto ao Item 1 (atividades circenses), a quantidade foi acrescida de 700 (setecentas) horas para atender à Secretaria Municipal da Educação, totalizando 1.700 (mil e setecentas) horas no período contratual, sendo 1.000 (mil) horas destinadas à Secretaria Municipal da Cultura e 700 (setecentas) horas à Secretaria Municipal da Educação. O acréscimo justifica-se pela demanda das unidades escolares da rede municipal por aulas regulares, oficinas, ensaios e apresentações na modalidade, que não poderia ser absorvida pela carga horária já prevista para a Cultura sem prejuízo da regularidade e da qualidade das

00619

atividades, nem do número de participantes atendidos. As horas destinadas à Educação serão executadas conforme a programação por ela estabelecida, observado o calendário escolar.

4.10. Diante do exposto, solicita-se o prosseguimento das providências necessárias à instrução e formalização da contratação, incluindo a realização da pesquisa de preços, elaboração dos documentos preparatórios, definição do procedimento de contratação cabível, verificação da disponibilidade orçamentária de ambas as Secretarias e demais atos pertinentes, em conformidade com a legislação vigente e a regulamentação municipal aplicável.

5. VALOR:

5.1. O valor total estimado é de **R$ 311.100,00 (Trezentos e onze mil e cem reais)**

5.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e licitações similares de outros órgãos;

5.3. Responsável pela cotação: Luiz Eduardo Libardi.

6. OBJETOS:

ITEM	CATSER	UN	OBJETO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de atividades circenses com curso superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses, compreendendo práticas de malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, tecido aéreo, ensaios, preparações artísticas e acompanhamento técnico visando a prestação de	1700	R$ 83,00	R$141.100,00

000158

			serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
02	15113	Hora	Profissional qualificado para ministrar aulas, oficinas e apresentações de dança, com curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.	1000	R$ 85,00	R$85.000,00
03	15113	Hora	Profissional qualificado para	1000	R$ 85,00	R$85.000,00

			ministrar aulas de ginástica rítmica e artística com graduação em Educação Física, cursos específicos nas respectivas áreas, visando a prestação de serviço de aulas destinadas a crianças, jovens, adolescentes e adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, por um período de 12 meses, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura, destinadas aos participantes dos projetos culturais da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA.			
VALOR TOTAL:						**R$311.100,00**

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

7. CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pela Secretaria Municipal da Cultura.

7.2. A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

7.3. Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

7.4. Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações das Secretarias Municipal da Cultura e Educação, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

7.5. A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística, conforme programação da Escola.
7.6. As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e horários definidos pela Secretaria Municipal da Educação, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.
7.7. A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.
7.8. O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.
7.9. Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.
7.10. Os profissionais deveram manter comunicação com o responsável indicado pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.
7.11. A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.
7.12. Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.
7.13. Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.
7.14. A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola e das Secretarias Municipal da Cultura e Educação, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.
7.15. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.
7.16. A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação, conforme a programação das Secretarias Municipal da Cultura e da Educação, e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
7.17. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.
7.18. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

006201

8.1. Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos;
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
8.3. Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
8.4. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9. OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(O):

9.1. O(A) Contratado(a) deve cumprir, todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos, em sua proposta e nas cláusulas contratuais, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços;
9.2. Prestar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na solicitação emitida pela Secretaria solicitante, acompanhado da respectiva nota fiscal;
9.3. Responsabilizar-se pelo próprio deslocamento, alimentação e hospedagem, quando aplicável, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas e demais tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
9.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito(a);
9.6. Apresentar documentos referentes à prestação dos serviços, sempre que solicitado.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

10.1. A presente aquisição será dividida em itens, não havendo a necessidade de agrupamento. Justifica-se o PARCELAMENTO, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, além de ser técnica e economicamente viável, favorecendo assim o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

11. MODALIDADE E JUSTIFICATIVA:

11.1. Conforme art. 28 da Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação:
I-Pregão;
II-Concorrência;
III-Concurso;
IV-Leilão;
V - Diálogo competitivo.
11.2. Na mesma Lei, art. 6º, inciso XLI, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
11.3. A contratação objeto deste Termo de Referência enquadra-se na categoria de serviços

comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Para esta contratação será utilizada a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM e modo de disputa ABERTO.

11.5. A adoção do critério de julgamento por item está em conformidade com a regra geral do parcelamento do objeto, prevista nos arts. 40, § 2º, inciso I, e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, segundo os quais a Administração deve, sempre que técnica e economicamente viável, dividir o objeto em parcelas menores, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação do maior número possível de licitantes.

11.6. Dessa forma, o julgamento por item permite que cada modalidade seja disputada de forma independente, possibilitando a apresentação de propostas por licitantes especializados em cada área, sem prejuízo da possibilidade de um mesmo licitante apresentar proposta para mais de um item, caso reúna as qualificações exigidas para tanto.

11.7. Assim, a adoção do MENOR PREÇO POR ITEM busca assegurar maior competitividade, economicidade e aderência às exigências técnicas específicas de cada modalidade, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

11.8. JUSTIFICATIVA DA APRESENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS:

11.8.1. Os serviços objeto da contratação compreendem a realização de oficinas e atividades de formação artística e cultural na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, cujo atendimento é direcionado prioritariamente a crianças e adolescentes com idade entre 4 (quatro) e 16 (dezesseis) anos. Em razão das características das atividades, os profissionais responsáveis permanecerão junto aos participantes durante as aulas, orientando, acompanhando e supervisionando o desenvolvimento das práticas propostas.

11.8.2. Nesse contexto, a apresentação das certidões de antecedentes criminais dos profissionais indicados para a execução de todos os itens constitui medida preventiva destinada a fortalecer a segurança do público infantojuvenil atendido e a concretizar os deveres de proteção integral e prioridade absoluta assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

11.8.3. A exigência encontra fundamento específico no artigo 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, incluído pela Lei nº 14.811/2024, que determina às instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e recebam recursos públicos a exigência e a manutenção das certidões de antecedentes criminais de seus colaboradores, com atualização a cada 6 (seis) meses. Encontra respaldo, ainda, no artigo 67, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que admite, para fins de qualificação técnica, a comprovação do atendimento a requisitos previstos em legislação especial.

11.8.4. As certidões deverão ser apresentadas individualmente para cada profissional indicado pela licitante. Caso o mesmo profissional seja responsável pela execução de mais de um item, poderão ser utilizadas as mesmas certidões, desde que estejam atualizadas e acompanhadas de documento que identifique expressamente todos os itens nos quais ocorrerá sua atuação.

11.8.5. A existência de registro, anotação ou apontamento nas certidões não ocasionará, por si só, a recusa do profissional ou a inabilitação da licitante. Quando necessário, a Administração poderá promover diligência para esclarecer o conteúdo da informação e deverá realizar avaliação individualizada, fundamentada e proporcional, considerando a natureza e a gravidade da ocorrência, sua situação jurídica, a relação com as atribuições a serem

006203

desempenhadas e os riscos associados à atuação junto ao público infantojuvenil, preservando-se a presunção de inocência e o caráter não discriminatório da análise.

11.8.6. Antes da adoção de decisão desfavorável, deverá ser assegurada à licitante a oportunidade de apresentar esclarecimentos e documentos complementares relacionados ao apontamento identificado. Somente será recusado o profissional quando ficar demonstrada, por decisão administrativa devidamente motivada, a existência de condenação criminal transitada em julgado ou de restrição judicial vigente efetivamente incompatível com o acompanhamento e a supervisão de crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pela Escola DUDA.

11.8.7. Caso a incompatibilidade seja constatada durante a fase de habilitação, a licitante será inabilitada exclusivamente no item correspondente, salvo se houver apresentado, dentro do prazo originalmente estabelecido para a entrega da documentação, outro profissional que cumpra integralmente os requisitos de formação, experiência, vínculo jurídico e antecedentes criminais previstos no Termo de Referência.

11.8.8. Durante a execução contratual, a empresa contratada deverá manter atualizadas as certidões de todos os profissionais responsáveis pelas oficinas, providenciando sua renovação, no mínimo, a cada 6 (seis) meses. Novas certidões também deverão ser apresentadas previamente sempre que houver inclusão ou substituição de integrante da equipe, sendo vedado o início de suas atividades antes da conferência da documentação pela Administração.

11.8.9. As certidões e os eventuais documentos complementares serão utilizados exclusivamente para a proteção das crianças e dos adolescentes atendidos e para a verificação da compatibilidade dos profissionais com as atribuições contratadas. A Administração e a empresa contratada deverão assegurar tratamento restrito e seguro dessas informações, observando os princípios da finalidade, necessidade, segurança e prevenção estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.8.10. A exigência mostra-se pertinente e proporcional às particularidades da contratação, pois não estabelece impedimento genérico nem produz exclusão automática em razão da simples existência de apontamentos. Sua finalidade é permitir uma avaliação responsável dos profissionais que atuarão nas oficinas da Escola DUDA, conciliando a proteção prioritária do público infantojuvenil com a preservação da competitividade, da razoabilidade e dos direitos individuais dos profissionais avaliados.

11.9. JUSTIFICATIVA DA APRESENTAÇÃO REGISTRO DE ARTISTA PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (DRT):

11.9.1. A ausência de exigência de registro profissional de artista, usualmente denominado DRT, para a Oficina de Ginástica Rítmica, item 3, justifica-se pela natureza da atividade contratada e pela qualificação profissional estabelecida para sua execução. Nesse item, a contratação destina-se ao ensino e à prática orientada da modalidade ginástica, mediante atuação de profissional formado em Educação Física, com capacitação específica e experiência compatível com as atividades propostas.

11.9.2. A graduação em Educação Física possui fundamentos próprios para o estudo e a orientação do movimento humano. Conforme os artigos 3º e 6º da Resolução CNE/CES nº 6/2018, essa formação abrange a ginástica e conhecimentos relacionados à fisiologia do exercício, biomecânica, aprendizagem e controle motor. Esses conhecimentos fundamentam o planejamento e a condução das práticas corporais, considerando as características e as necessidades dos participantes.

006204

11.9.3. Além da graduação em Educação Física, o profissional indicado deverá apresentar certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) à ginástica rítmica, com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas, conforme previsto no descritivo técnico. Essa exigência complementa a formação acadêmica e comprova a capacitação específica para o desenvolvimento da modalidade, somando-se à comprovação de experiência exigida para a execução dos serviços.

11.9.4. O registro de artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego possui finalidade distinta, vinculada ao exercício das profissões artísticas abrangidas pelos artigos 2º e 6º da Lei nº 6.533/1978. A DRT constitui registro profissional artístico, enquanto a graduação em Educação Física e os cursos complementares constituem comprovações de formação e capacitação relacionadas ao perfil definido para a oficina de ginástica rítmica. A utilização de música, expressão corporal e elementos coreográficos nessa modalidade não caracteriza, isoladamente, a atuação do instrutor como artista profissional.

11.9.5. Diante desse enquadramento, entende-se que a exigência de DRT prevista para os perfis artísticos das oficinas de dança e arte circense não deve ser automaticamente estendida à ginástica rítmica. Para este item, a qualificação deve ser demonstrada pela formação em Educação Física, pela capacitação complementar e pela experiência compatível, observada a habilitação profissional legalmente aplicável. A diferenciação acompanha as atribuições de cada oficina e encontra respaldo no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a comprovação dos requisitos profissionais pertinentes ao objeto e à legislação correspondente.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

12.1. A empresa deverá fornecer além dos documentos exigidos para a habilitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes documentos:

12.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado, serviços, prazos, características e quantidades com no mínimo de 50% do que será contratado com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

12.2. Para o item 1 – Oficina de arte circense:

a) Diploma de curso superior em Educação física, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou certificado de conclusão de curso técnico em Artes Circenses ou outra formação diretamente relacionada às atividades circenses a serem ministradas;

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como malabarismo, equilíbrio, acrobacias, expressão corporal, palhaçaria, práticas aéreas ou outras modalidades circenses compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificadas.

c) Curso de NR35, especialmente porque a oficina compreenderá atividades em tecido acrobático.

d) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades circenses previstas no respectivo item.

e) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);
f) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.
g) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.
h) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.
i) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

12.3. Para o item 2 – Oficina de dança:

a) Diploma de curso superior em Dança ou Educação Física ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a uma ou mais das técnicas e dos conteúdos que serão desenvolvidos na oficina, tais como ballet, dança contemporânea, dança popular, danças urbanas, jazz, tango, dança circular, dança folclórica ou outras modalidades compatíveis com o objeto, não sendo exigida a apresentação de certificado específico para cada uma das técnicas exemplificada;
c) Comprovante de registro profissional de Artista perante o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, usualmente denominado DRT, em função compatível com as atividades de dança previstas no respectivo item;
d) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);
e) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade;

006206

f) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração;

g) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

h) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

12.4. Para o item 3 – Oficina de Ginástica Rítmica:

a) Diploma de curso superior em Educação Física, ou outra formação diretamente relacionada às atividades de dança a serem ministradas, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC

b) Certificado(s) de curso(s) complementar(es) relacionado(s) a atividade com no mínimo 120 horas.

c) Documento de identificação pessoal do profissional (RG e/ou CPF e/ou CNH);

d) Considerando que as oficinas e demais atividades serão desenvolvidas na Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, espaço destinado à formação artística e cultural, com participação de crianças e adolescentes sob acompanhamento presencial dos profissionais responsáveis, a licitante deverá apresentar, em relação a cada profissional indicado para a execução dos serviços, certidões de antecedentes criminais atualizadas, expedidas pelos órgãos oficiais competentes nas esferas estadual e federal, observados os respectivos prazos de validade.

e) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional ministra ou ministrou, de forma satisfatória, aulas, oficinas ou atividades práticas compatíveis com o item para o qual apresentar proposta, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano de duração.

f) A comprovação do vínculo jurídico ou da disponibilidade do profissional indicado para a execução dos serviços deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial comprobatório do vínculo empregatício, como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital, ficha de registro de empregado ou documento extraído do eSocial; ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa proponente e o profissional, admitido instrumento cuja eficácia esteja condicionada à contratação da licitante pela Administração; ou, quando o profissional for sócio, titular ou administrador da empresa, de cópia do ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário ou respectiva alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente.

Boni
006207

g) A execução das atividades previstas em cada item deverá ser realizada pelo profissional indicado pela licitante, cuja documentação tenha sido apresentada para comprovação dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência. Eventual substituição ficará condicionada à comunicação formal prévia e à expressa anuência da Administração, devendo o novo profissional demonstrar qualificação e experiência compatíveis, em nível equivalente ou superior às exigidas para o respectivo item.

13. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal;

13.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

13.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.00000
01320	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000

14. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. Os contratos referentes aos objetos destinados as Secretarias Municipal da Educação e Cultura, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelos servidores Marli Salete Dieckel de Lima e Dione Junior Helfer, que assumirá a função de fiscal dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

14.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto PR, 30 de setembro de 2026.

Dione Junior Helfer
Secretária Municipal da Cultura

Marli Salete Dieckel de Lima
Secretária Municipal da Educação

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto

Boni
000208

EDITAL DE PREGÃO Nº 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 41/2026 em epígrafe que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação., em atendimento às Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Marca e Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.
A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

Boni
000209

EDITAL DE PREGÃO Nº 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

BONI 000210

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/21.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº** 41/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

006211

EDITAL DE PREGÃO Nº 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na cidade de....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador do CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 41/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente

Boni
000212

Contrato, assim como ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 41/2026**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº 41/2026**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R$.....(....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A contratada fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e

a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal do objeto, emissão e apresentação da referida nota fiscal, através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao Art. 92º,

BONI
006214

inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em 01(uma) via, devidamente regularizada nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento da mercadoria.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – As faturas deverão ser entregues e protocoladas na sede do CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de recurso livre do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03770	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.0000
01320	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados poderão sofrer reajuste de preço, admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos

casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de início da execução dos objetos é de até 15 (quinze) dias consecutivos, após o recebimento da respectiva solicitação de contratação emitida pela Secretaria Municipal da Cultura.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A solicitação formal de execução deverá conter, conforme aplicável:

a) Identificação das Secretarias Municipal da Cultura e Educação;
b) Identificação da modalidade ou atividade a ser desenvolvida;
c) Período previsto para realização das atividades;
d) Local, dias e horários de execução;
e) Demais orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços serão realizados nas instalações da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA ou em outros locais definidos pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação, de acordo com a natureza da atividade e a programação estabelecida.

PARÁGRAFO QUARTO - Os profissionais deverão executar as atividades de forma planejada e adequada às características do público atendido, observando as orientações das Secretarias Municipal da Cultura e Educação, as condições do local e as normas de segurança aplicáveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A execução dos serviços poderá compreender aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparação artística, acompanhamento técnico e demais atividades relacionadas às modalidades de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística,

Boni 006216

conforme programação da Escola.

PARÁGRAFO SEXTO - As atividades deverão ser desenvolvidas de acordo com os dias e horários definidos pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação, considerando a programação da Escola, a disponibilidade dos espaços e as necessidades dos projetos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A distribuição dos horários poderá ser ajustada pela Administração, mediante comunicação, sempre que necessário para adequação da programação, desde que preservadas as condições estabelecidas na contratação.

PARÁGRAFO OITAVO - O profissional deverá assegurar a disponibilidade necessária ao cumprimento da programação estabelecida, evitando interrupções injustificadas das atividades.

PARÁGRAFO NONO - Os profissionais deverão zelar pela adequada utilização dos espaços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os profissionais deveram manter comunicação com o responsável indicado pelas Secretarias Municipal da Cultura e Educação para acompanhamento da execução, recebimento de orientações e solução de eventuais ocorrências relacionadas aos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A execução deverá observar as orientações da fiscalização contratual e as normas internas dos locais onde forem realizadas as atividades, especialmente quanto à organização, segurança, conservação dos espaços e atendimento aos participantes.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Os profissionais deverão manter conduta compatível com o ambiente educacional, cultural e artístico, especialmente em razão do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, observando as normas de segurança, respeito e convivência aplicáveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Durante a execução dos serviços, fica vedada a veiculação, divulgação ou abordagem de conteúdos relacionados à política ou propaganda político-partidária, cigarro e demais produtos fumígenos, drogas ilícitas, religião ou proselitismo religioso, bem como bebidas alcoólicas, independentemente do formato ou meio utilizado. A CONTRATADA deverá observar integralmente essa restrição, abstendo-se de inserir ou promover tais conteúdos na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A Administração poderá promover ajustes na programação, nos dias e horários das atividades, de acordo com as necessidades da Escola

BONI
006217

e das Secretarias, desde que mantidas as condições e os limites estabelecidos na contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o cumprimento das atividades, horários, qualidade dos serviços e demais obrigações previstas no instrumento contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A execução dos serviços deverá ocorrer durante o período de vigência da contratação, conforme a programação das Secretarias Municipal da Cultura e Educação, e as necessidades da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas neste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5.548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A contratação, objeto desta licitação, será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Boni 000218

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do Parágrafo Primeiro desta Clausula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do Parágrafo Primeiro, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do Parágrafo Primeiro, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do Parágrafo Primeiro, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do Parágrafo Primeiro, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do

006215

recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão

Boni 000220

obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de execução do contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de

termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

a) Os contratos referentes aos objetos destinados a Secretaria Municipal da Cultura, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelo servidor Dione Junior Helfer, que

assumirá a função de fiscal dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.
b) Os contratos referentes aos objetos destinados a Secretaria Municipal da Educação, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora Marli Salete Dickel de Lima, que assumirá a função de fiscal dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.
c) A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pela contratada na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da contratada a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, ... de ..... de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

....

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO

AVISO DE LICITAÇÃO

"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 041/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 041/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

VALOR: R$ 311.100,00 (Trezentos e onze mil e cem reais).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 19 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI

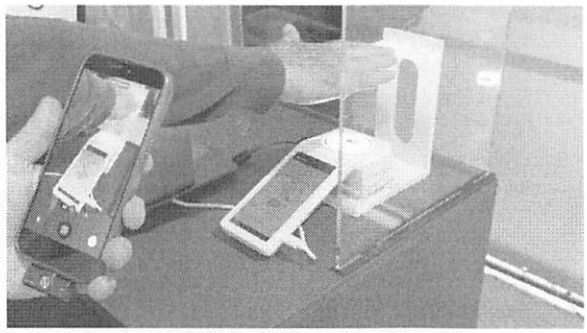
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:175F9F38

Publicada em	02/10/2026
Diário	Diário Oficial dos Municípios do Paraná
Edição	3629
Código identificador	175F9F38

A autenticidade desta matéria pode ser conferida informando o código identificador em
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Brasil testa pela primeira vez identificação de pedestres pela palma da mão em fronteira com o Paraguai



Tecnologia será testada na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu. Sistema registra características biométricas e reconhece quantidade de passagens pelo local.

Pedestres que cruzam a Ponte Internacional da Amizade, entre Brasil e Paraguai, começam a participar de testes de um sistema de identificação biométrica pela palma da mão. O projeto-piloto foi apresentado nesta quarta-feira (30), em Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná.

Segundo a Receita Federal, a tecnologia será avaliada durante outubro, mas ainda não há previsão de funcionamento oficial. Neste primeiro momento, o projeto é destinado apenas a pedestres que saem do Paraguai e entram no Brasil.

O sistema reconhece características biométricas da palma da mão. Assim, é possível registrar que uma pessoa passou pela fronteira em determinada data e horário e, em uma passagem posterior, identificar que se trata da mesma mão.

Nesta fase do projeto, porém, a biometria não está vinculada ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Com isso, o sistema consegue reconhecer a repetição da passagem, mas não associa automaticamente a palma da mão à identidade civil do viajante.

Ainda não há informações sobre como será feito um eventual cadastro dos usuários quando o sistema entrar oficialmente em funcionamento. Também não foi informado se os dados biométricos poderão ser compartilhados ou cruzados com informações de outros órgãos públicos.

Segundo as informações apresentadas pela Receita Federal, este é o primeiro projeto-piloto com a tecnologia em uma fronteira brasileira.

A escolha da Ponte Internacional da Amizade servirá para avaliar a viabilidade e a eficiência do sistema diante do grande fluxo diário de pessoas entre Foz do Iguaçu e Cidade do Leste, no Paraguai.

UBS do Bairro Santa Cruz receberá reforma completa em Capanema

Investimento de R$ 220 mil vai garantir melhorias na estrutura e mais conforto para profissionais e usuários da saúde

A área da saúde de Capanema segue recebendo investimentos importantes. A Unidade Básica de Saúde (UBS) do Bairro Santa Cruz passará por uma reforma completa, com recursos de aproximadamente R$ 220 mil.

As melhorias têm como objetivo proporcionar uma estrutura mais moderna, segura e confortável, beneficiando tanto os profissionais que atuam na unidade quanto a população atendida diariamente no local.

A reforma faz parte do trabalho de recuperação e modernização das unidades de saúde do município, buscando oferecer melhores condições de atendimento e fortalecer os serviços prestados à comunidade.

Com os investimentos, a expectativa é de que a UBS do Bairro Santa Cruz passe a contar com espaços mais adequados e funcionais, garantindo mais qualidade no atendimento e maior bem-estar aos usuários.

A Administração Municipal destaca que os investimentos na saúde pública continuam sendo prioridade, com ações voltadas à melhoria da infraestrutura e à ampliação da qualidade dos serviços oferecidos à população.

Mais do que uma obra, a reforma representa um investimento no cuidado com as pessoas e na construção de uma saúde pública cada vez mais eficiente e humanizada para os moradores de Capanema.

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 042/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 042/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente e matérias de consumo, para atender as necessidades das secretarias municipais deste município de Planalto-PR.

VALOR: R$ 228.525,00 (duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 15 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 041/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 041/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

VALOR: R$ 311.100,00 (Trezentos e onze mil e cem reais).

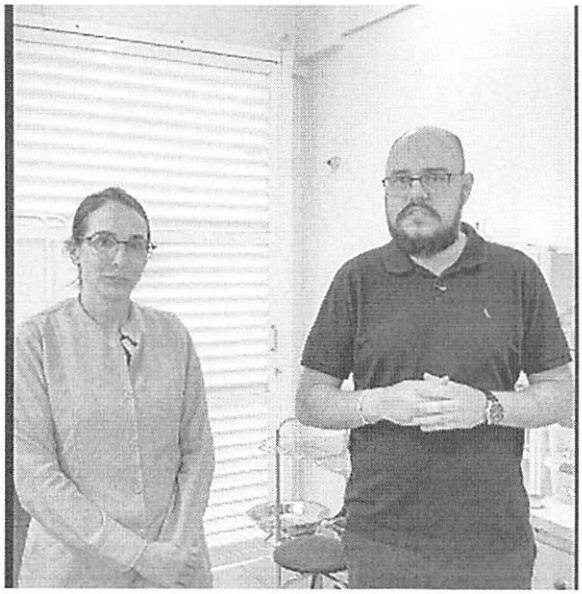
ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 19 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MAIS TECNOLOGIA E CUIDADO CHEGANDO À SAÚDE DE CAPANEMA



Além da criação do Ambulatório de Cuidados com Feridas, o Governo de Capanema adquiriu o Laserpulse, equipamento de laserterapia que passa a auxiliar no tratamento de feridas e no processo de cicatrização dos pacientes.

A tecnologia de fotobiomodulação contribui para a reparação dos tecidos e torna o tratamento ainda mais eficiente.

É investimento em tecnologia para oferecer um cuidado cada vez mais completo para a nossa população.

006227